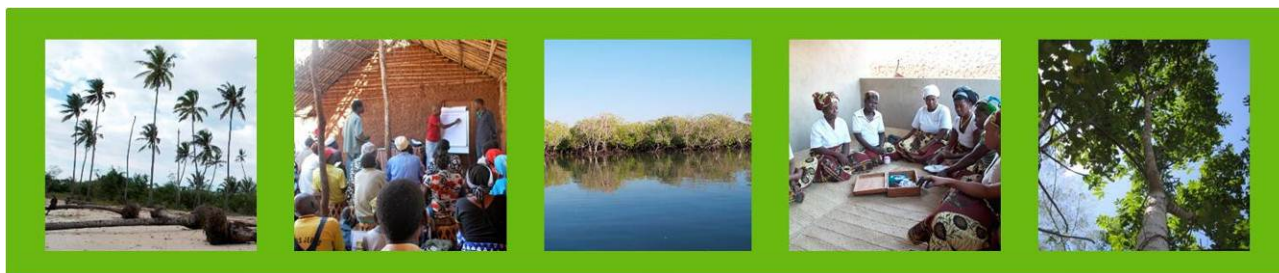




Plano Estrategico da ama

2012 - 2016



Pemba, Maio 2012

Índice

1. Introducao	4
2. Contextualização	4
3. Historial da organização	6
4. Identidade da organização	7
4.1. Visão da ama.....	7
4.2. Missão ama	7
4.3. Valores da ama	7
5. Grupos alvo da ama	8
6. Objectivo geral.....	8
6.1. Objectivos específicos	8
7. Problematização	9
8. Área geográfica de intervenção.....	12
9. Membros, Estrutura e Funcionamento.....	13
10. Parceiros e parcerias	14
11. Áreas temáticas estratégicas de intervenção.....	15
11.1. Gestão Sustentável de Recursos Naturais	16
11.1.1. Objectivo estratégico I:.....	16
11.2. Boa governação, comunicação e advocacia.....	17
11.2.1. Objectivo estratégico II:.....	17
11.3. Promoção da Participação e Consulta Comunitária.....	18
11.3.1. Objectivo estratégico III:.....	18
11.4. Educação Ambiental e Saneamento.....	18
11.4.1. Objectivo estratégico IV:.....	18
11.5. Desenvolvimento Institucional e Organizacional da ama	19
11.5.1. Objectivo estratégico V:.....	19
12. Previsao da Estrutura Orgânica Geral da ama	20
13. Anexo 1. Quadro Logico	21
14. Anexo 2. Cronograma.....	36

Lista de Abreviaturas

ama	associação do meio ambiente
CdA	Comité de Água
CCP	Conselho Comunitário de Pesca
CDC	Comités de Desenvolvimento Comunitário
CDR	Campo de Demonstração de Resultados
CCGRN	Comité de Co-Gestão de Recursos Naturais
CLs	Conselhos Locais
CMS	Campo de Multiplicação de Sementes
CPama	Comité de Parceiros da ama
FCEIH	Fortalecimento das Capacidades Económicas Institucionais e Humanas
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
FEFA	Forest Extension for Agricultura
FLs	Fóruns Locais
IDPPE	Instituto de Desenvolvimento de Pesca em Pequena Escala
IIP	Instituto de Investigação Pesqueira
MVS	Meios de Vida Sustentáveis
NUMA	Núcleo do Meio Ambiente
ODM	Metas do Desenvolvimento do Milénio
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PARP	Plano Para Redução da Pobreza
PE	Plano Estratégico
PEP	Plano Estratégico Provincial
PEDD	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito
PNQ	Parque Nacional das Quirimbas
PPFD	Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas
PESOD	Plano Económico Social e Orçamento do Distrito
PROGOAS	Programa de Governação Água e Saneamento
SAAN	Segurança Alimentar e Agronegócios
SANTOLIC	Saneamento Total Liderado pela Comunidade
SPP	Serviços Provinciais de Pesca
TA	Turma Ambiente
WWF	World Wide Fund for Nature

1. Introduccao

O presente Plano Estratégico da ama – associação do meio ambiente enquadra-se num processo de ré-orientação estratégica que, vai para além do horizonte temporal de 5 anos (2012 – 2016), uma vez que nele foram revistos e focalizados importantes aspectos da sua identidade como Organização da Sociedade Civil (OSC) orientada para as temáticas de Boa Governação do Meio Ambiente, e Recursos Naturais.

Por conseguinte, com o Plano Estratégico (PE) 2012 – 2016 uma nova fase da vida da nossa organização se inicia, a qual será caracterizada por intervenções cada vez mais profissionalizadas e pela adopção de metodologias cada vez mais sistematizadas e baseadas nas boas práticas.

As boas práticas da organização que poderão servir de referência para este (PE), são a promoção da transparência interna através da operacionalização do Comité de Parceiros (CPama) e institucionalização dos instrumentos de orientação estratégica para o funcionamento da organização.

Os CDCs/FLs/CLs como modelo para promoção da participação e organização das comunidades, o reconhecimento dos CDCs como mecanismos de dinamização do processo de desenvolvimento pelo governo e o recrudescimento da consciência da necessidade da participação por parte das comunidades.

O empoderamento das OCBs (organizações Comunitárias de Base) como CDCs/CCPs/CGRN/TA, funcionários e membros da organização e a coordenação e interligação com os parceiros como Estado, Sector Privado, ONG na implementação das acções planificadas.

Por último, a valorização do papel do voluntariado e activismo no desenvolvimento de parte das actividades dos membros e o crescimento do reconhecimento da organização pelo seu envolvimento nas acções de monitoria e advocacia de políticas públicas são aspectos que a organização desenvolveu nos últimos anos e pretende que sejam aprimorados e interiorizados neste plano estratégico.

2. Contextualização

A Província de Cabo Delgado está situada no Nordeste de Moçambique e tem uma superfície de **82.625 km²**, fazendo limite a Norte com a República da Tanzânia, separada desta pela fronteira natural do Rio Rovuma, a Sul com a Província de Nampula, separada pelo rio Lúrio, a Oeste com a Província de Niassa e a Este com o Oceano Índico. Segundo o censo geral da população de 2007 possui uma população de 1.632.809 habitantes, dos quais 849.574 são mulheres; tem uma densidade populacional de 19,76 habitantes / km².

A sua capital, Cidade de Pemba, situa-se a 3ª baía mais bela do mundo, possuía em 2007, 141.316 habitantes. Nesta província, situa-se o arquipélago das Quirimbas, constituído por 18 ilhas, sendo a maior a Ilha do Ibo, de relevante importância histórica. Cabo Delgado possui 17 distritos com uma multiplicidade de recursos naturais que vão desde o subsolo, com enormes

riquezas ainda por explorar, como o petróleo, o gás natural, os minérios e as pedras preciosas, florestas ricas em madeiras preciosas, plantas medicinais e outros recursos não madeireiros e fauna bravia, assim como terras férteis para a agricultura e pecuária e uma hidrografia dotada de rios permanentes e sazonais, praticamente inexplorados. O mar possui uma imensa variedade de recursos e a sua costa e ilhas oferecem um potencial para o desenvolvimento turístico que só recentemente começou a despontar.

Cabo Delgado possui recursos naturais que poderão trazer prosperidade para as suas comunidades, mas que são, cobiçosamente explorados, sem ser tomado em consideração o seu uso sustentável, neste sentido poderão ser causa de desequilíbrios que provocarão a sua extinção e o comprometimento do benefício dos mesmos pelas futuras gerações. Apesar de Moçambique ser um país jovem, os últimos 20 anos – mais de metade da sua existência – viram surgir um rol de legislação que, de uma ou outra forma, procuraram prevenir a exploração desenfreada dos principais recursos naturais e garantir que as comunidades onde estes recursos existam possam, de forma sistemática, beneficiar sempre da sua exploração, directa ou indirectamente¹.

Refere-se particularmente à Lei de Terras (n.º 19/97) e o seu Regulamento (Decreto n.º 66/98), à Lei de Florestas e Fauna Bravia (n.º 10/99) e o seu Regulamento (Decreto n.º 12/2002), à Lei de Pescas e seus Regulamentos, à Lei do Ambiente e toda uma série de políticas e estratégias ligadas à exploração dos recursos naturais, boa governação e descentralização. Contudo, o grande desafio não está na falta de legislação reguladora da exploração dos recursos e da protecção ambiental, mas sim na sua aplicação efectiva, tanto por parte das entidades oficiais como pelos concessionários das explorações e pelas comunidades envolvidas.

Pode-se dizer que uma combinação do desconhecimento da legislação aliada a uma atitude de ganância pelo máximo lucro ao mais baixo custo e a uma fraca vontade política contribuem para que grande parte desta legislação nunca saia da sua forma escrita para a sua aplicação e cumprimento efectivo.

O papel da ama como organização vocacionada para a protecção ambiental e para a promoção do uso e preservação sustentável dos recursos naturais nunca esteve tão actual e nunca foi tão premente e necessário como actualmente. O alinhamento dos objectivos da ama com os objectivos do Plano Anual Para Redução da Pobreza (PARP) e do Plano Estratégico Distrital (PEP) de Cabo Delgado, cruzando-os com os Metas de Desenvolvimento do Milénio (ODM), permitirá à organização um maior enfoque nas prioridades das comunidades no que se refere à defesa do Meio Ambiente, conforme se pode ver ao longo do PE.

¹ Particularmente aqueles que não fazem parte da *indústria extractiva* do subsolo, pois estes, particularmente, ainda deverão ser merecedores de legislação que garanta os benefícios das comunidades detentoras, por direito consuetudinário.

3. Historial da organização

A ama nasceu a 19 de Maio de **1990** na Cidade de Pemba, Província de Cabo Delgado com a denominação de NUMA (Núcleo do Meio Ambiente) e foi reconhecida e autorizada a funcionar pelo Governador da Província a 31 de Janeiro 1991. Está registada no Boletim da República nº 20, série III datado de 16 de Maio de 2007.

Esta ONG surgiu da união de jovens movidos pelo interesse de salvaguardar os recursos ambientais, alvos de danos provocados pela erosão, derrube indiscriminado das florestas, assim como o abate de espécies protegidas de animais.

A ama teve o seu primeiro Plano Estratégico entre 2005 e 2007. O segundo compreendeu o quinquénio de 2008 a 2012² e estabeleceu como visão da organização; *redução da pobreza através da gestão sustentável dos recursos naturais e do desenvolvimento institucional*, identificando as principais linhas de acção bem como as áreas geográficas a ser prosseguidas a curto e médio prazo. O facto dos estudos realizados em Moçambique terem demonstrado existir relação directa entre a pobreza e o ambiente, determinou que a visão da ama se concentrasse na redução da pobreza.

Entre os dias 26 e 28 de Novembro de 2010 reuniu-se em Murrébué um grupo de 19 membros e funcionários da ama, dentre os quais 4 dos Órgãos Sociais, que iniciou um processo de reorientação estratégica. Neste seminário foram revistos os principais elementos da identidade da ama – Visão, Missão, Fim (ou Objecto) e Objectivos Específicos, assim como Valores da Organização e uma maior clarificação dos seus grupos alvo. No mesmo seminário foram esboçados os principais elementos do Quadro Lógico que constam no presente PE 2012 – 2016.

² Importa esclarecer que os dois primeiros planos estratégicos nunca foram considerados instrumentos acabados e foram usados como drafts, o actual plano reflecte a primeira experiência em que a organização terá um plano concluído

4. Identidade da organização

Conforme o acima explicado, a Identidade da ama ficou definida como a seguir se apresenta:

4.1. Visão da ama

- Meio Ambiente protegido e conservado através do uso sustentável dos recursos naturais, para o bem-estar das comunidades.

4.2. Missão ama

- Ser uma organização que promove a gestão sustentável do meio ambiente, baseada na valorização do potencial endógeno das comunidades, através da educação ambiental e da promoção da boa governação, tornando-se referência à nível nacional

4.3. Valores da ama

- Transparência;
- Profissionalismo;
- Equidade de Género;
- Respeito pela dignidade;
- Voluntariado e activismo;
- Independência e Integridade;
- Paixão pelo Meio Ambiente;
- Valorização do poder e saber local;
- Honestidade perante abusos sobre o Meio Ambiente;

5. Grupos alvo da ama

- Comités (CdA, CDC, CCP, CGRN);
- Comunidades rurais e urbanas;
- Associações (formais e informais);
- Conselhos Locais de todos os níveis;
- Instituições de Estado e Sector Privado e;
- Estudantes

6. Objectivo geral

Contribuir para o bem-estar das comunidades, através da gestão sustentável dos recursos naturais, boa governação e cooperação activa entre os diferentes actores.

6.1. Objectivos específicos

- Salvar a exploração dos recursos naturais através de práticas adequadas e sustentáveis;
- Garantir a aplicação das políticas públicas ligadas as diferentes áreas de intervenção da ama;
- Fortalecer os mecanismos de organização e instituições de participação e consulta comunitária;
- Promover a educação ambiental para a redução dos riscos ambientais e de saúde humana;
- Desenvolver e fortalecer a componente institucional e organizacional da ama como organização.

O objectivo geral e objectivos específicos tal como se apresentam, constarão não só no PE da ama como também serão o principal objecto da ré-formulação dos seus Estatutos de Constituição.

7. Problematização

É importante uma breve apresentação dos principais problemas com que se depara nas diversas vertentes de intervenção da ama, uma vez que foi com base nestes que se determinaram os objectivos, geral e específicos a partir dos quais se elaborou o Quadro Lógico. Os problemas neste plano são definidos com enfoque nas diferentes áreas temáticas de intervenção como se apresenta a seguir:

Nos últimos anos, a exploração dos recursos florestais e faunísticos assumiu contornos assinaláveis na província de Cabo delgado em particular e no país em geral. A corrupção neste sector é apontado como uma das causas da fragilização da fiscalização, inobservância das acções de reflorestamento e exportação ilegal da madeira.

A utilização, exploração e aproveitamento inadequado dos recursos naturais tornaram-se práticas, associada a fraca aplicação dos instrumentos legais ligados a gestão sustentável dos recursos naturais, inaplicação dos planos de manejo e falta de transparência na devolução dos 20% às comunidades e desembolso dos 15% da taxa de reflorestamento. Notando-se ausência generalizada do conhecimento de práticas alternativas para utilização de recursos florestais.

Apesar da legislação prever a delimitação das florestas comunitárias, ainda não existe clareza no seio das instituições de tutela sobre a operacionalização deste processo e há um conflito manifesto entre os comités de gestão dos recursos naturais e as estruturas das aldeias.

O relacionamento entre as comunidades e os proprietários das concessões é caracterizado por enormes tensões resultante de processos de consulta não transparentes e muitas vezes conduzidos pelos líderes comunitários e autoridade governativa sem envolvimento de toda estrutura da comunidade.

Na área de segurança alimentar baseada na agricultura de conservação, este plano estratégico, assume que existe relação de dependência entre a insegurança alimentar e as práticas agrícolas tradicionais arraigadas no seio das comunidades rurais transmitidas de geração em geração. O que se verifica de facto é que, este tipo de agricultura, consubstanciada em práticas de queimadas, derrube e remoção completa, consociação inadequada, propicia um ambiente para a insegurança alimentar e degradação dos recursos.

Associa-se a este quadro, o funcionamento deficiente da rede pública de extensão agrária, exiguidade de insumos como semente de qualidade e certificada, instrumentos de produção, pesticidas e fertilizantes orgânicos, rede de comercialização deficiente caracterizada pela intransitabilidade das vias de acesso e preços baixos da comercialização, facto que justifica a promoção de acções de segurança alimentar, baseada na agricultura de conservação que integra a abordagens de manejo integrado da biomassa e conservação dos solos.

Na área de recursos marinhos, apesar da organização ter estabelecido zonas de defeso (Santuários, zonas fechadas e rotativas de pesca) em parceria com o governo e algumas comunidades costeiras, estes são continuamente invadidos por pescadores provenientes de outras regiões.

Ainda prevalecem práticas de artes ilegais de pesca como (uso de redes mosqueteiras, produtos tóxicos, redes de malhas pequenas e instrumentos luminosos como candeeiros, uso

de sacos para colocação de redes de arrasto, etc.), corte descontrolado de mangal para construção, pressão do mar e pesca juvenil³.

As actividades de exploração de recursos minerais, provocam a degradação do meio ambiente caracterizado pelo desmatamento acelerado que propicia a ocorrência da erosão, gestão degradante de resíduos sólidos, como consequência da afluência de pessoas, deflorestamento, afugentamento e escassez da fauna, contaminação das correntes, cursos de água ou riachos nos arredores das minas.

Dados do governo indicam que desde o ano de 2010, a província de Cabo delgado, tornou-se palco de acções de prospecção e pesquisas de recursos petrolíferos e gás. Neste momento uma das empresas envolvida neste processo ANADARKO anunciou que foram descobertas grandes reservas de gás liquefeito estimado em *10 trilhões de pés cúbicos* nas águas profundas do distrito de Palma. Pelas experiências dos países que receberam investimentos nestas áreas, pode-se vaticinar a natureza de conflitos que poderão daí advir num futuro breve. A promoção de iniciativas de sequestro de carbono como estratégia para adaptação às mudanças climáticas é uma das acções a ter em conta.

Na área de comunicação, apesar da organização ter desenvolvido nos últimos anos diferentes iniciativas, abordagens, modelos no âmbito dos projectos implementados, nota-se alguma fragilidade na promoção e divulgação das mesmas o que afecta a sua visibilidade.

Internamente, devido o aumento dos trabalhadores, volume de fundos, alongamento da estrutura, surgiram desafios de comunicação e coordenação entre os diferentes níveis, acompanhamento das actividades diárias dos funcionários, legitimação dos canais e responsabilidades de comunicação com diferentes actores e modelos e instrumentos de gestão e comunicação.

Quando se reflecte sobre a monitoria e influência das políticas públicas, nota-se alguma deficiência na aplicação da legislação quer por parte das instituições do governo quer pelo sector privado, incluído também fragilidades na fiscalização da implementação das políticas principalmente pelo governo.

No que tange as redes e plataformas das organizações da sociedade civil, tem - se apontado como principais desafios a falta de conhecimento das abordagens e matérias de monitoria, advocacia e o próprio quadro legal.

Paralelamente a este problema, quando se analisa os instrumentos de orientação estratégica destes actores, geralmente a questão da monitoria e advocacia não é contemplada como uma área estratégica-chave o que dificulta na prossecução do seu papel de representação dos interesses das comunidades e “cidadãos sem voz”.

Como corolário do cenário acima descrito, as poucas plataformas, redes ou grupos temáticos existentes, ao nível distrital e provincial, não são operacionais e se funcionam raramente estão alinhadas com a sua principal missão. Para as comunidades e população no geral nota-se um desconhecimento total das matérias de cidadania.

³ Pressão do mar é o mesmo que pesca excessiva, isto é, sem repouso pelo menos nas marés mortas e a pesca juvenil, consiste na captura de espécies menores como reflexo de artes de pesca não recomendadas.

As experiências da organização na área de promoção da participação e consulta comunitária têm demonstrado que apesar do país ter iniciado reformas com objectivo de montar um sistema de administração pública mais descentralizado e ao serviço dos cidadãos, elaborado políticas, estratégias e um quadro legal favorável a este processo, a realidade no terreno está muito aquém dos objectivos pretendidos.

Estes objectivos muitas das vezes são colocados em causa devido a dificuldades de acesso a informação e conhecimento da legislação básica sobre a planificação descentralizada pelas comunidades e pelos governantes nos escalões do nível das localidades e Postos Administrativos e falta de conhecimentos dos mecanismos de consulta e participação comunitário pelas comunidades o que dificulta o seu envolvimento no processo de descentralização em curso.

Agregado a estes factores, esta o facto de aquando da criação dos mecanismos de participação e consulta comunitária, o governo através do programa de planificação e finanças descentralizadas (PPFD) ter priorizados os conselhos locais em detrimento dos mecanismos de nível precedente à estes órgãos, como os comités de desenvolvimento comunitários (CDCs) e neste momento todas acções com enfoque para estes níveis estarem relegadas as organizações da sociedade civil (OSC) o que se resume em alguns casos na inexistência e noutros na fraca capacidade destes para planificar, articular e implementarem os seus planos de actividades.

Esta situação foi agravada com a aprovação do fundo de desenvolvimento distrital (FDD), onde os CLs passaram a concentrar seus esforços na apreciação e aprovação deste, em detrimento da função de monitoria dos planos de desenvolvimento - plano estratégico de desenvolvimento do distrito (PEDD) e plano económico-social e orçamento do distrito (PESOD) -, segundo orienta o guião de funcionamento dos conselhos locais, agregada a falta de cultura de prestação de contas pelas autoridades distritais às comunidades assim como dos CDCs às comunidades,

Junta-se também a existência de comunidades, distritos e postos administrativos em que a estruturação e funcionamento dos mecanismos de consulta e participação comunitária não se observa e a participação da mulher no processo de planificação descentralizada e na liderança de grupos (CDCs/CLs) é cada vez mais fragilizada.

Para a questão de higiene e saneamento, nas zonas urbanas e rurais nota-se um nível muito baixo de conhecimento das práticas de higiene e saneamento individual e familiar, fecalismo a céu aberto, inexistência de cultura de tratamento do lixo (inorgânico e orgânico), contaminação das fontes de água devido a má conservação, terrenos inadequados para construção de latrinas devido aos solos rochosos e porosos ou lençóis freáticos próximos.

Na área de desenvolvimento organizacional, até o período da revisão e actualização deste plano estratégico a organização funcionava com um plano estratégico iniciado em 2005 e revisto em 2007 que, não obstante considerar-se concluído, apresentava várias limitações, que se caracterizavam pela falta de clareza da estrutura orgânica, matriz do quadro lógico concluída, áreas de intervenção estratégica não claras, inexistência de um orçamento, cronograma das actividades, etc.

O manual de procedimentos administrativos e financeiro, apesar de revisto em 2007, não incluiu uma lista dos anexos das fichas a serem usadas, linhas de orientação dos processos de

solicitação e implementação de fundos para actividades, esta fragilidade expande-se para o regulamento interno que desde a sua elaboração e aprovação em 2005, nunca sofreu nenhuma revisão, facto que tem condicionado o levantamento de vários questionamento sobre a transparência na aplicação e gestão dos recursos da organização.

No sector de recursos humanos, os salários dos colaboradores e funcionários eram determinados em função de cada projecto e parceiro de financiamento, no plano da implementação das actividades, raramente se nota clareza dos instrumentos operativos e critérios de desempenho orientados para resultados devido a inexistência de uma estratégia de recursos humanos que inclui uma política salarial, sistemas de avaliação de desempenho e progressão de carreira dos funcionários. Esta ausência de orientação estratégica abarca os membros, activistas e voluntários.

Nos últimos anos, as questões de sustentabilidade⁴, tornaram-se em objecto de debates acesos na organização, dentre os vários aspectos, tem - se questionado: como a organização poderá tirar maior proveito das parcerias; como sobreviver em caso de finalização das parcerias actuais; que estratégias usar para arrecadar mais financiamentos fora dos projectos implementados e assegurar cada vez mais a permanencia e recrutamento dos funcionários para as áreas de coordenação, administração⁵ que não estão directamente ligados aos projectos.

8. Área geográfica de intervenção

Durante os 5 anos do PE 2012–2016, a ama terá como área de intervenção os mesmos 5 distritos onde intervém actualmente: Ancuabe, Montepuez, Chiúre, Pemba e Ibo; sendo os 3 primeiros, distritos do interior e os 2 últimos, distritos costeiros⁶.

Considerar-se-á a possibilidade da expansão para outros distrito, tendo em conta, existência de situações de exploração massiva de recursos, conflitos ou demanda dos parceiros. Para esse efeito poderá ser realizado um breve estudo interno de viabilidade dessa expansão, que dependerá de factores como a dinâmica das abordagens e metodologias desenvolvidas durante o presente PE, a demanda dos parceiros e os recursos adicionais para a realização dessa intervenção. O mapa acima visualiza as principais áreas de intervenção geográfica e os respectivos projectos.



⁴ Independência, autonomia, transparência e reconhecimento social

⁵ Refere-se concretamente as funções de coordenador executivo, recursos humanos e património, oficiais de programa, monitoria e avaliação.

⁶ O distrito de Chiúre possui uma estreita faixa costeira, de escassos km, entre o rio Megaruma e o rio Lúrio, mas para todos os efeitos pode ser considerado um distrito interior.

9. Membros, Estrutura e Funcionamento

A ama conta actualmente com 90 membros, deste 57 são activos, na sua maioria residentes na Província de Cabo Delgado e orienta-se pelos seus Estatutos de Constituição onde vêm reflectidos os princípios que norteiam as suas intervenções. Como já foi acima referido, durante o período do PE 2012 – 2016 estes Estatutos serão revistos à luz da actualização e enfoque da sua Identidade, perante as novas realidades e dinâmicas da Província de Cabo Delgado no que se refere à temática do Meio Ambiente.

A estrutura orgânica da ama compõe-se de 3 níveis: o nível estratégico da Governança, composta pelos Órgãos Sociais, o nível Tático, composta por uma equipa liderada por uma Direcção Executiva e o nível Operacional constituída pelos coordenadores, oficiais e técnicos dos projectos que implementa o Plano Estratégico referente às suas intervenções.

Os Órgãos Sociais compõem-se pela Assembleia Geral, que é o órgão máximo – a reunião deliberativa de todos os membros, o Conselho de Direcção – que *governa* o Executivo e o Conselho Fiscal, que tem um papel de controlo e fiscalização; os 3 Órgãos Sociais são constituídos por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.

A Direcção Executiva é composta por uma Coordenação Executiva um Departamento de Administração e Finanças, o Departamento de Desenvolvimento Organizacional e o Departamento de Projectos Comunitários; dependendo das exigências de cada departamento, estes possuem sectores e sub-sectoros, ou simplesmente funções [ver anexo 4 – Organigrama (proposto) da ama].

O organigrama da ama será objecto de uma revisão e actualização em função das necessidades estabelecidas pelas actividades do PE; há que referir que a ama necessita de ter uma estrutura bastante flexível, uma vez que, até ao momento, tem operado mais com base na implementação de projectos financiados por várias fontes/parceiros e que provavelmente continuará a acontecer. Os membros dos Órgãos Sociais são eleitos em Assembleia Geral; a equipa tática e operacional é recrutada através de concursos públicos, havendo contudo prioridade para os membros da organização, se os mesmos reunirem o perfil da vaga anunciada.

A ama possui um Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros que orienta as actividades de funcionamento da organização tais como planificação, monitoria, avaliação, gestão financeira. Para gestão de recursos humanos e serviço para membros e um cronograma com as principais actividades e os respectivos prazos e as descrições de tarefas e funções do pessoal. Está em preparação uma estratégia de desenvolvimento dos recursos humanos da organização, a qual será terminada durante o 1º semestre do PE.

Existe um Regulamento Interno onde se apresentam as normas e procedimentos de actuação dos seus membros e funcionários, utilização dos bens da associação, pagamento de quotas, etc. Todas as normas e regulamentos, manuais de procedimentos e outros aspectos necessários a considerar, em falta, serão alvo de uma profunda revisão e actualização, procurando-se integrar tudo num único documento, o *Regulamento Geral Interno*, com vários capítulos, cada um da sua área específica.

10. Parceiros e parcerias

A ama possui um Comité de Parceiros, criado com o objectivo de assegurar o seu desenvolvimento institucional, permitindo que estes possam contribuir para um Fundo Comum de recursos para a implementação do PE e para o apoio institucional, garantindo, por outro lado, um mecanismo consistente de prestação de contas.

O Comité de Parceiros é composto pelos representantes dos parceiros, os presidentes dos 3 Órgãos Sociais e o Coordenador Executivo; os coordenadores ou oficiais dos projectos da ama participam como observadores. As competências, deveres e actividades dos membros do Comité de Parceiros estão definidas num Regulamento Interno do CPama.

Um dos grandes desafios da ama será a integração dos vários projectos em curso e outros que venham a surgir, num Plano Estratégico único e coerência esta acção exigirá da ama e dos seus parceiros de financiamento alguma negociação e harmonização, para facilitar a gestão em termos de administração financeira e gestão de recursos humanos. Actualmente a ama necessita de elaborar modelos de relatórios narrativos e financeiros diferentes para cada um dos parceiros, o que torna o processo de prestação de contas num exercício extremamente penoso e desgastante.

Uma das vantagens deste PE seria a integração deste processo de prestação de contas num único exercício que serviria para todos os parceiros de financiamento e neste momento a ama conta com 6 parceiros de financiamento: Helvetas, DFE-Extensão Florestal Dinamarquesa, WWF MOZ, KPMG (ITC), Action Aid Moz e IntermonOxfam.

Além dos parceiros de financiamento, a ama tem estabelecido parcerias com várias instituições locais, particularmente do Estado, como as Direcções - Provincial da Agricultura, Coordenação da Acção Ambiental, Geografia e Cadastro, Educação e Cultura, Saúde, Mulher e Acção Social assim como com os Municípios de Pemba e Montepuez, o Parque Nacional das Quirimbas (PNQ), o Núcleo Provincial de Combate ao HIV-SIDA, e os Governos Distritais e respectivos Postos Administrativos, com a finalidade de mobilizar recursos e capitalizar sinergias para a materialização dos seus objectivos. Com estas instituições continuarão a ser estabelecidas parcerias baseadas em memorandos de entendimento, nos quais estarão claramente definidos os papéis e responsabilidades de cada parte e um sistema de monitoria e avaliação de cada parceria.

11. Áreas temáticas estratégicas de intervenção

Neste plano, a ama define cinco (5) áreas temáticas estratégicas de intervenção a saber: (i) Gestão dos recursos naturais, (ii) Boa governação, comunicação e Advocacia, (iii) Promoção da participação comunitária, (iv) Educação ambiental e saneamento e (v) Desenvolvimento institucional e organizacional da ama e assuntos transversais.

A área de gestão de recursos naturais integra as componentes de recursos Marinhos, recursos florestais e faunísticos, Segurança alimentar, baseada na agricultura de conservação que integra a abordagens de manejo integrado da biomassa e conservação dos solos. Nesta área, as componentes de petróleo, gás, recursos minerais, sequestro de carbono e adaptação às mudanças climáticas são também parte integrante.

Comunicação, boa governação e advocacia, visa a promoção de campanhas e eventos ligados às questões ambientais, divulgação das actividades e acções da organização, divulgação da legislação e quadro legal das áreas de intervenção da organização, realização de estudos de monitoria de políticas públicas e desenvolvimento de acções de advocacia.

A área de promoção da participação comunitária compreende acções de promoção e fortalecimento dos mecanismos de participação e consulta comunitária com particular enfoque na prestação de contas e boa governação, promoção e fortalecimento das Organizações Comunitárias de Base e dos Conselhos Locais, a promoção e fortalecimento da planificação distrital inclusiva.

A área de educação ambiental e saneamento, integra as componentes de promoção de boas práticas de higiene e saneamento e educação ambiental, formal e não formal. Os aspectos de Género estão integrados em todas as intervenções e uma particular atenção é também dada à problemática do HIV/SIDA.

O desenvolvimento institucional e organizacional da ama, integra as componentes de desenvolvimento e fortalecimento dos seus recursos humanos, incluindo os membros, activistas e voluntariados, Elaboração, revisão e actualização dos documentos de orientação estratégica, Promoção de sistemas de monitoria e instrumentos operativos orientados para resultados, Sustentabilidade (independência, autonomia, transparência e reconhecimento social).

Este plano assume que sem a prossecução destas acções a organização não conseguirá estabelecer as condições básicas de funcionamento para o sucesso das suas intervenções e obedecerá a princípios mais claros e sistemáticos que permitam a sua inserção e reconhecimento social, a sua profissionalização e sustentabilidade.



11.1. Gestão Sustentável de Recursos Naturais

11.1.1. Objectivo estratégico I:

Recursos Naturais usados, aproveitados e explorados pelas comunidades de base e diferentes actores através de práticas adequadas e sustentáveis.

Enfoque na segurança alimentar, baseada na agricultura de conservação, onde as comunidades rurais assistidas pela ama em parceria com instituições do ramo agrícola (públicas, de provisão de serviços de extensão e de investigação e o sector privado, actuando principalmente nas dinâmicas do mercado) fomentam e adoptam práticas de agricultura de conservação, melhorando os solos, a produtividade e a renda dos produtores.

A promoção da segurança alimentar através da agricultura de conservação, vai privilegiar a abordagem “*escola na machamba do camponês*”, através da criação de grupos de aprendizagem, campos de demonstração de resultados, multiplicação de sementes e sistemas agroflorestais.

A gestão sustentável dos recursos marinhos, com as comunidades costeiras assistidas pela ama focaliza-se na adopção de boas práticas de gestão sustentável desses recursos, em parceria com as instituições vocacionadas (IDPPE, PNQ, SPP, IIP, WWF, etc.). Estas boas práticas estão relacionadas com a criação de zonas de defeso – santuários, zonas fechadas e rotativas de pesca e multiplicação e recolha de bivalves. Vai privilegiar a criação e fortalecimento institucional dos Conselhos Comunitários de Pesca e Comitês de Gestão de Recursos Naturais (marinhos).

A gestão sustentável dos recursos florestais será promovida através da mobilização para implementação dos planos de manejo de co-gestão, desenhados de forma participativa com as comunidades assistidas pela ama. A criação de viveiros comunitários e privados de espécies florestais nativas e fruteiras e sombreiras, a promoção de florestas comunitárias, a criação e capacitação de comitês de co-gestão de recursos florestais e faunísticos, incentivando e assegurando a sustentabilidade dos mesmos.

Para o caso dos recursos minerais, petróleo e gás, a ama vai priorizar, acções de empoderamento dos seus membros, funcionários, dos grupos temáticos e organizações comunitárias de base. Serão também realizadas acções de recolha de informações sobre estas matérias nas comunidades através de encontros de auscultação e visitas de campo.

Através do grupo temático de governação recursos naturais e ambiente, vai-se identificar oportunidades de parcerias com outras plataformas de recursos naturais a nível nacional e sempre que possível serão desenhadas acções de monitoria conjuntas para obter melhores informações sobre as empresas que desenvolvem actividades neste sector nos distritos que servirão para alimentar as acções de advocacia a nível provincial e nacional.

11.2. Boa governação, comunicação e advocacia

11.2.1. Objectivo estratégico II:

Políticas públicas ligados as diferentes áreas de intervenção da organização integrados e aplicados eficaz e eficientemente pelos diferentes actores através de acções de monitoria e advocacia

Ao nível desta área de intervenção, a ama considera fundamental como temas a abordar de forma transversal a monitoria e advocacia das políticas públicas (governação local)⁷, o Género e o combate ao HIV/SIDA. Uma das prioridades do presente Plano Estratégico, visando o alcance dos resultados relacionados com a gestão sustentável dos recursos naturais e a educação ambiental, será, por um lado, o acesso à informação e a disseminação e conhecimento da legislação por parte das comunidades; por outro lado, a organização vai priorizar como estratégia de promoção, a divulgação das suas acções e boas práticas.

As intervenções da ama como organização da sociedade civil empenhada na defesa dos interesses e ideias dos “sem voz”, focar-se-ão nas acções de monitoria para recolha de evidências e advogar para que as políticas públicas ligadas à Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e ambiente sejam integrados e aplicados, eficaz e eficientemente, pelos diferentes actores; aqui a abordagem a usar será a auditoria social. Para o efeito, as comunidades serão capacitadas em legislação florestal e faunística, indústria extractiva (mineira, petrolífera, gás) terras e ambiente, pesqueira, gestão de recursos marinhos e governação local participativa. Nestes processos a ama considerará e salvaguardará sempre a equidade de Género e o combate ao HIV-SIDA.

Um aspecto não menos importante, que resulta da experiência da organização nos últimos anos e que também servirá de instrumento estratégico de orientação das acções da organização é o *dilema pobreza vs. conservação e preservação*. Esta visão reconhece que num contexto de carência, as comunidades aspiram a satisfação das necessidades imediatas e como consequência, as acções de conservação e preservação, que preconizam resultados de médio e longo prazo são relegadas para o último plano.

Neste sentido as acções sobre protecção e conservação dos recursos naturais, agricultura de conservação, higiene e saneamento e governação local, devem ser alinhadas ou harmonizadas com iniciativas visando a satisfação das necessidades imediatas das comunidades, propondo alternativas para a resolução dos problemas e necessidades decorrentes do dia à dia.

⁷ Good Governance is, perhaps, the most important thing in poverty eradication (Kofi Annan – Secretário Geral das Nações Unidas)

11.3. Promoção da Participação e Consulta Comunitária

11.3.1. Objectivo estratégico III:

Mecanismos de participação e consulta comunitária na planificação descentralizada distrital fortalecidos e participam na elaboração e monitoria dos planos de governação distrital

A ama contribuirá activamente para o funcionamento das redes/grupo temáticos de recursos naturais e meio ambiente em estiver envolvido, para o fortalecimento das suas capacidades em liderança e dinâmicas operacionais de trabalho em rede e na monitoria e advocacia das políticas públicas que afectam os sectores.

Procurará assegurar que estes grupos ou redes elaborem e implementem os seus planos de acção e que tenham um sistema eficiente e eficaz de comunicação e partilha de informação da área de Recursos Naturais e Ambiente ao nível da província de Cabo Delgado, bem como que se estabeleçam ligações entre as redes ao nível micro (distritos onde existam) e o nível macro (nacional).

A monitoria das actividades reflectidas nas estratégias provinciais relacionadas com o meio ambiente e gestão dos recursos naturais será o ponto fulcral da participação destas redes ao nível do Observatório Provincial de Desenvolvimento e no seio dos grupos assistidos, sobre boa governação. A nível local a ama contribuirá para a eficácia e eficiência dos processos de descentralização em curso, facilitando a criação, capacitação e apoio no funcionamento das OCBs (Comités de Desenvolvimento Comunitários e Fóruns Locais) e sua ligação com os Conselhos (Consultivos) Locais obedecendo aos mecanismos instituídos de participação e consulta comunitária.

Os treinamentos serão usados não só com o objectivo da disseminação de conhecimentos, mas também como estratégia para despertar a consciência das comunidades sobre os problemas por elas enfrentados e as formas de encontrar soluções; a ênfase será para temas relacionados com o ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais, incluindo o saneamento do meio. Esta intervenção será extensiva aos comités de desenvolvimento comunitário e associações de produtores.

11.4. Educação Ambiental e Saneamento

11.4.1. Objectivo estratégico IV:

Educação Ambiental é estabelecida como parte permanente do programa da organização e contribui para redução dos riscos ambientais e de saúde humana.

O enfoque consistirá na contribuição para a redução dos riscos ambientais e de saúde humana, focando no incentivo da melhoria dos sistemas de recolha/tratamento de resíduos através de campanhas de sensibilização das comunidades e municípios, bem como trabalhando com as instituições do governo aos níveis provincial e local para identificação de locais seguros para a deposição dos resíduos sólidos. Na educação formal serão priorizadas acções de advocacia para introdução, no currículo local do ensino básico, de temas sobre o

meio ambiente, o fortalecimento institucional das instituições de educação deste sector, com destaque para os conselhos de escola e instituições públicas. Na educação não formal vai-se dar mais atenção a acções visando a adopção de medidas sustentáveis de saneamento do meio, através da promoção do uso de latrinas melhoradas, sensibilização das comunidades sobre medidas de higiene, conservação e uso correcto das fontes de água, adopção de práticas adequadas para o sequestro do carbono, reduzindo a emissão e incidência de poluentes sobre as águas marítimas e interiores. O método usado será o CLTS/SANTOLIC, saneamento total liderado pela comunidade, turmas ambiente e outros.

Um dos aspectos chave para um impacto destas acções na comunidade, será a promoção de uma visão sobre a protecção e conservação dos recursos naturais alinhada com as necessidades imediatas das comunidades, facilitando que estas executem actividades económicas alternativas que aumentem os seus rendimentos, respeitando o uso sustentável dos recursos. Para o efeito, grupos de interesse de protecção e conservação dos recursos naturais e liderados por membros das comunidades como os CCPs, CGRN serão estabelecidos ou revitalizados onde estes já existam, mais uma vez a “...visão da incompatibilidade entre pobreza vs acções de conservação e preservação...” será priorizada como estratégia de intervenção para que estas acções sejam sustentáveis.

11.5. Desenvolvimento Institucional e Organizacional da ama

11.5.1. Objectivo estratégico V:

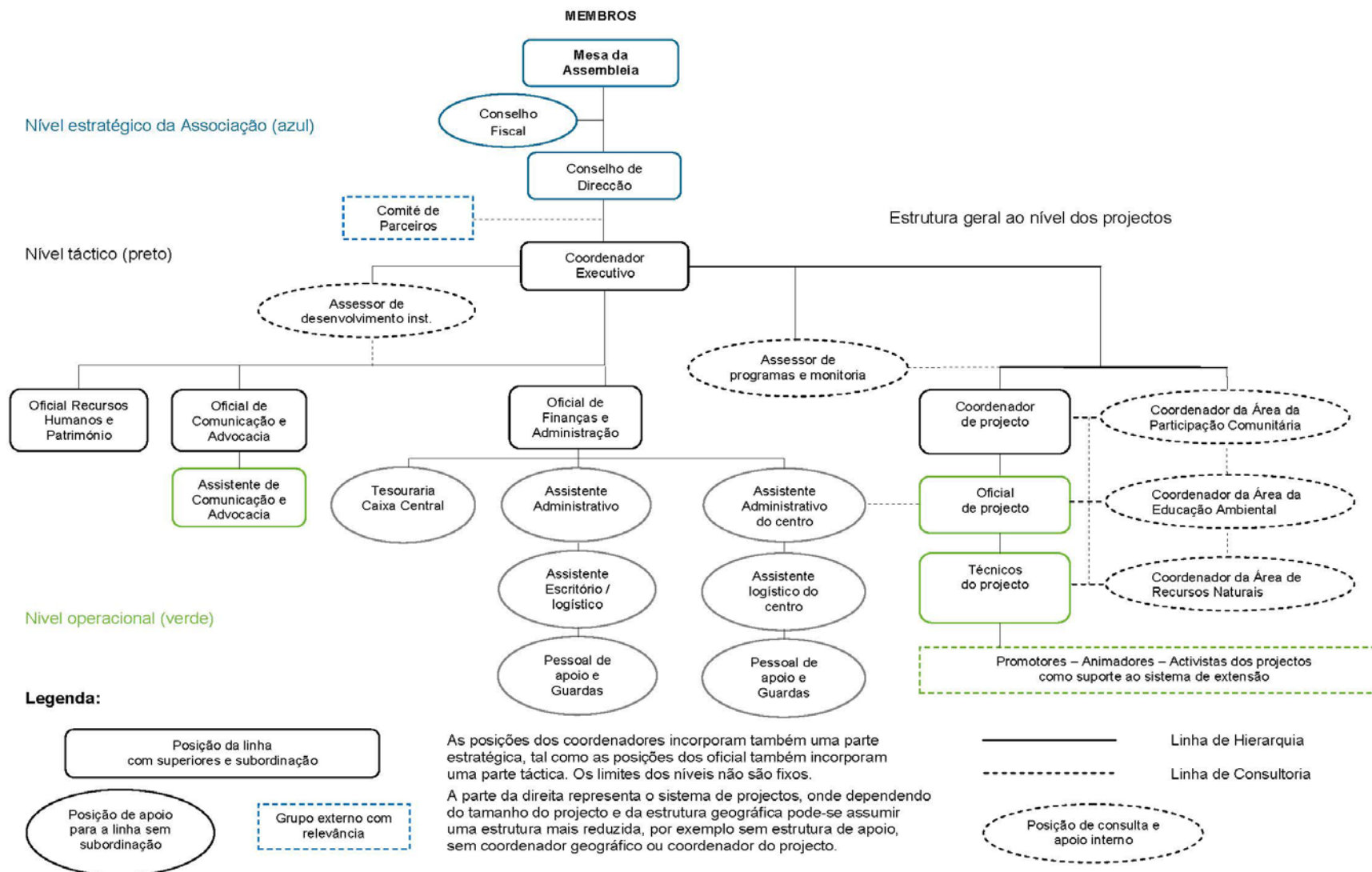
Desenvolvidas e fortalecidas as componentes institucional e organizacional da ama

Considerando que o desenvolvimento das acções acima descritas só poderá ser realizado de forma eficiente e sustentável por uma organização forte e consolidada, prevê-se o desenvolvimento e fortalecimento das componentes institucional e organizacional da ama, passando pela elaboração, revisão e actualização dos documentos de orientação estratégica.

Especial destaque será dado à revisão e actualização dos Estatutos de Constituição, melhoria do Regulamento Interno que integra o manual de procedimentos administrativos e financeiros, a estratégia de desenvolvimento recursos humanos, tornando-se numa organização cada vez mais orientada para a transparência, excelência e cometida com a sua visão e missão.

A organização apostará fortemente no desenvolvimento e fortalecimento dos seus recursos humanos, na promoção de sistemas de monitoria e instrumentos operativos orientados para os resultados e na mobilização e gestão eficiente e transparente dos recursos para a implementação do presente plano estratégico. A nível institucional, perspectiva-se uma ama com *maior sustentabilidade (independência, autonomia, transparência e reconhecimento Social)*

12. Previsão da Estrutura Orgânica Geral da ama



13. Anexo 1. Quadro Logico

Objectivo Geral: Contribuir para o bem-estar das comunidades, através da gestão sustentável dos recursos naturais, boa governação e cooperação activa entre os diferentes actores.

Objectivo Específico 1 – Recursos naturais usados, aproveitados e explorados pelas comunidades de base e diferentes actores através de práticas adequadas e sustentáveis.				
Resultados esperados	Actividades Estratégicas	Indicadores Verificáveis	Fontes Verificação	Pressupostos / Riscos
<p>1.1. Comunidades rurais adoptam práticas de conservação de agricultura de conservação, em parceria com as instituições vocacionadas (DPA, IIAM, etc.) melhorando a produtividade e a renda dos produtores salvaguardando questões de género</p>	<p>1.1.1 Sensibilizar os produtores em agricultura de conservação;</p> <p>1.1.2 Capacitar os produtores em técnicas de agricultura de conservação de baixo custo (remoção mínima do solo, mulching, rotação de culturas consociação, capim vetiver, etc.).</p> <p>1.1.3 Treinar produtores em técnicas de produção de sementes;</p> <p>1.1.4 Treinar produtores em técnicas pós-colheita;</p> <p>1.1.5 Realizar análises de solos em zonas determinadas / escolhidas;</p> <p>1.1.6 Elaborar cartas de aptidão agrícola;</p> <p>1.1.7 Promover e capacitar associações de produtores em associativismo, conservação da produção e ligação com</p>	<p># de produtores (H/M) capacitados em técnicas de agricultura de conservação</p> <ul style="list-style-type: none"> # de produtores e associações (H/M) praticando agricultura de conservação Variação do grau de fertilidade do solo resultante da prática da agricultura de conservação # de produtores de sementes a nível local Quantidade de semente produzida pelos produtores treinados Renda dos produtores de sementes # de produtores que aplicam/beneficiam de técnicas pós colheita Tipo de serviços que as associações facilitam aos seus membros 	<ul style="list-style-type: none"> ToRs das actividades; Relatórios de capacitação; Relatórios de progresso das análises Relatórios das associações Documentos de referência Visitas de campo (aos produtores) Relatórios dos parceiros: DPA/IIAM; Governos Distritais/relatórios sobre a implementação dos PESODs. 	<ul style="list-style-type: none"> Resistência das comunidades em adoptar as técnicas de agricultura de conservação. Recursos limitados para implementação Saída de pessoal-chave, com capacidade, da ama. Boa colaboração com as instituições. ama com experiência em agricultura de conservação, através das suas práticas. Os sistemas de produção em Cabo Delgado facilitam a introdução da agricultura de conservação.

	mercado;	<ul style="list-style-type: none"> • # de associações legalizadas 		
1.2. Comunidades rurais pesqueiras adoptam boas práticas de gestão sustentável de recursos marinhos, em parceria com as instituições vocacionadas (IDPPE, PNQ, SPP, IIP, etc.).	<p>1.2.1. Sensibilizar os pescadores sobre boas práticas e técnicas de pesca sustentáveis.</p> <p>1.2.2. Introduzir artes selectivas de pesca.</p> <p>1.2.3. Incentivar uma abordagem de zonas rotativas de pesca.</p> <p>1.2.4. Reflorestamento de mangais para aumentar a biomassa e reduzir a erosão.</p> <p>1.2.5. Capacitar pescadores e processadores sobre boas práticas de processamento do pescado.</p> <p>1.2.6. Capacitar CCPs para melhorar o desempenho (Desenvolvimento Organizacional e Institucional dos CCPs).</p> <p>1.2.7. Introduzir e desenvolver actividades de piscicultura marinha nas comunidades pesqueiras.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • # de pescadores por comunidades sensibilizadas em técnicas de pesca sustentáveis • Comunidades de pescadores livres de uso de artes não selectivas de pesca • # áreas de mangais reflorestadas • # de pescadores capacitados em práticas de processamento de pescado • # de pescadores que adoptam as boas práticas de processamento do pescado • # de CCPs e membros capacitados • Impacto das actividades desenvolvidas pelos CCPs • # de comunidades envolvidas na piscicultura marinha • # de pescadores participando na piscicultura marinha (H/M) • Tipos de investimentos e variação da renda dos pescadores assistidos 	<ul style="list-style-type: none"> • . Relatórios de capacitação • Relatórios de progresso • Relatórios dos CCPs • Documentos de referência • Observação/Relatos dos pescadores • Relatórios dos parceiros (IDPPE, PNQ, SPP, IIP; Governos Distritais (relatórios sobre a implementação dos PESODs) 	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência das comunidades em adoptar técnicas sustentáveis de exploração de recursos marinhos. • Recursos limitados para implementação • Saída de pessoal-chave, com capacidade, da ama. • Boa colaboração com as instituições. • ama com experiência em conservação marinha através das suas práticas. • Os sistemas de produção em Cabo Delgado facilitam a introdução de técnicas sustentáveis de exploração de recursos marinhos.
Resultados esperados	Actividades Estratégicas	Indicadores Verificáveis	Fontes Verificação	Pressupostos / Riscos
1.3. Comunidades rurais adoptam boas práticas de gestão sustentável de recursos florestais e	<p>1.3.1. Sensibilizar os produtores sobre boas práticas de gestão sustentável de recursos florestais e faunísticos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 100 comunidades sensibilizadas sobre gestão sustentável dos recursos florestais e faunísticos • 50 produtores envolvidos em actividades de sensibilização 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de progresso • Relatórios de Capacitação • Relatórios dos comités 	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência das comunidades em adoptar técnicas de gestão sustentável de R.N.. • Recursos limitados para

<p>faunísticos, em parceria com as instituições vocacionadas.</p>	<p>1.3.2. Promover florestas comunitárias nas comunidades, em parceria com o SPFFB.</p> <p>1.3.3. Treinar os carvoeiros em técnicas sustentáveis de produção de carvão.</p> <p>1.3.4. Introdução de fogões melhorados e mais eficientes no uso do carvão</p> <p>1.3.5. Incentivar a produção apícola nas comunidades.</p> <p>1.3.6. Promover o estabelecimento de reservas para gestão comunitária de recursos florestais e faunísticos.</p> <p>1.3.7. Incentivar parcerias entre as comunidades e os operadores florestais e faunísticos.</p> <p>1.3.8. Apoiar o estabelecimento e capacitar comités de gestão de recursos florestais e faunísticos.</p>	<p>sobre gestão dos recursos florestais e faunísticos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 12 grupos de Apicultores treinados (H/M) • 10 de comunidades praticando apicultura sustentável (sem o uso do cortiço tradicional) • 5 comunidades com reservas comunitárias de recursos florestais e faunísticos • 5 contratos entre comunidades e operadores florestais e faunísticos • 25 comunidades recebendo os 20% do valor da taxa de exploração florestal e faunístico • 12 comunidades desenvolvendo projectos implementados com recurso aos 20% da taxa de exploração florestal destinada as comunidades (na área social). • 20 Comités de gestão de recursos florestais e faunísticos estabelecidos • 70 de membros dos comités de gestão dos recursos florestais e faunísticos capacitados 	<p>de gestão dos recursos florestais e faunísticos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Documentos de referência • # de carvoeiros treinados em técnicas sustentáveis de produção de carvão • Contratos de parceria entre comunidades e operadores florestais e faunísticos • # de comunidades com comprovativo da transferência bancária dos 20% do Governo para as comunidades • Relatórios dos parceiros (SPFFB). 	<p>implementação.</p> <ul style="list-style-type: none"> • . Saída de pessoal-chave, com capacidade, da ama. • Boa colaboração com as instituições. • ama com experiência em conservação e exploração de recursos florestais e faunísticos através das suas práticas. • Os sistemas de exploração de recursos em Cabo Delgado facilitam a introdução de técnicas sustentáveis.
<p>Resultados esperados</p>	<p>Actividades Estratégicas</p>	<p>Indicadores Verificáveis</p>	<p>Fontes Verificação</p>	<p>Pressupostos / Riscos</p>
<p>1.4 ama, Grupos Temáticos e OCB fortalecidos e desenvolvem pequenas iniciativas de monitoria e advocacia das</p>	<p>1.4.1 Fortalecer as capacidades dos funcionários e membros da ama em legislação de exploração de mineira, petróleo e gás.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 70% dos funcionários da organização treinados; • Pelo menos 50% dos membros da organização formados; • 5 encontros de auscultação 	<ul style="list-style-type: none"> • Termos de referência; • Relatórios das actividades; • Relatórios de 	<ul style="list-style-type: none"> • Acções de monitoria e advocacia definidas no plano estratégico como prioritárias; • Alguns membros do

actividades de petróleo, gás e exploração minerais	<p>1.4.2 Fortalecer as capacidades dos membros dos grupos temáticos em matérias de petróleo, gás e minas;</p> <p>1.4.3 Realizar encontros de auscultação da situação de exploração de minas gás e petróleo.</p> <p>1.4.4 Efectuar monitoria das acções de pesquisa e exploração de petróleo, gás e minerais;</p> <p>1.4.5 Estabelecer uma base de dados das empresas beneficiarias de licenças de exploração e pesquisa de recursos naturais</p>	<p>comunitária realizados anualmente;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Um relatório de monitoria da situação de exploração de recursos naturais redigido anualmente; • Uma visita de troca de experiência sobre monitoria e advocacia realizada; • Uma base de dados estabelecida 	<p>formação;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de advocacia; • Planos de formação; • Listas dos participantes e fotografias; • Exemplar da base de dados 	<p>grupo temático motivados e interessados em desenvolver actividades de monitoria e advocacia;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inexperiência dos membros em desenvolver actividades de monitoria e advocacia
Resultados esperados	Actividades Estratégicas	Indicadores Verificáveis	Fontes Verificação	Pressupostos / Riscos
1.5 Comunidades adoptam práticas adequadas para o sequestro do carbono e executam actividades económicas alternativas respeitando o uso sustentável dos recursos	<p>1.5.1. Promover a produção de árvores nativas e não nativas.</p> <p>3.3.2. Promover e participar em trocas de experiências sobre boas práticas.</p> <p>1.3.9. Promover o fabrico e utilização de fogões poupa-lenha e poupa-carvão.</p> <p>4.1.1. Pesquisar e estabelecer actividades económicas alternativas através de outras organizações).</p> <p>4.1.2. Diagnosticar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • # de viveiros de árvores nativas estabelecidos • # de plantas nativas plantas • # de comunidades envolvidas • Estabelecido um projecto para produção e replicação de fogões melhorados; • Pelo menos 10% das comunidades de intervenção da organização pesquisadas; • Anualmente pelo menos 5% das comunidades de intervenção com estudos diagnósticos realizados; • 20% das comunidades de 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de progresso • Contacto com o sector privado envolvido na produção e comercialização de fogões melhorados; • Relatórios de progresso • Documento da metodologia estabelecida • Exemplares de planos de negócios • Relatórios económicos comunitários reportando o resultado da 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraca aderência no arranque da actividade de produção das árvores. • Recursos para trocas de experiências. • Custos dos fogões. • Recursos para financiamento das actividades; • Vontade empreendedora. • Existência de um financiamento (doador) inicial. • Positiva colaboração com

	<p>possibilidades e potencialidades económicas locais rentáveis.</p> <p>4.1.3. Capacitar em elaboração de Planos de Negócios e empreendedorismo.</p> <p>4.1.4. Pesquisar e estabelecer oportunidades de financiamento (grupos de poupança, micro-créditos, FDD, etc.).</p> <p>1.3.10. Implementar um sistema de monitoria e seguimento das acções pós capacitações.</p>	<p>intervenção capacitadas em planos de negócios e empreendedorismo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 10% das comunidades de intervenção com PCRs estabelecidos; • 10% das famílias nas comunidades de intervenção executam actividades económicas alternativas. • Um (1) relatório de monitoria de seguimento das capacitações realizado. 	<p>implementação dos planos de negócio</p>	<p>SDAE.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mercado limitado e mudança dos preços. • Desonestidade nos grupos de poupança, corrupção.
--	--	--	--	---

Objectivo Específico 2 – Políticas públicas ligados as diferentes áreas de intervenção da organização integrados e aplicados eficaz e eficientemente pelos diferentes actores através de acções de monitoria e advocacia;

Resultados esperados	Actividades Estratégicas	Indicadores Verificáveis	Fontes Verificação	Pressupostos / Riscos
<p>2.1. Redes de OCBs estabelecidas e com conhecimento sobre a Legislação pesqueira, recursos marinhos, florestal e faunística, Terra, Ambiente, Petróleo e gás salvaguardando a equidade de Género.</p>	<p>2.1.1. Apoiar o estabelecimento, treinamento e legalização de CCO-GRN e CCPs nas comunidade tendo em conta as necessidades de Género.</p> <p>2.1.2. Promover o estabelecimento e treinamento de Turmas Ambiente nas escolas</p> <p>2.1.3. Apoiar a divulgação da legislação pesqueira, Florestas e Fauna Bravia, Terras e Ambiente nas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 20 comunidades informadas sobre a legislação pesqueira • 20 planos de acção elaborados e em implementação • 20 C-COGRN e CCPs estabelecidos, treinados e legalizados nas ares de intervenção da organização • 20 comunidades com escolas com turmas de ambiente em funcionamento • 20 comunidades informadas sobre legislação de Florestas e 	<ul style="list-style-type: none"> • ToRs, Planos de formação; • Relatórios de progresso; • Actas dos encontros dos grupos; • Relatórios de progresso • Actas dos encontros das rede temática • Relatórios do observatório Provincial com as contribuições da rede; • Lista de participantes e 	<ul style="list-style-type: none"> • Aparente colaboração das instituições do Estado. • Mudanças na legislação e Governantes devido aos mandatos políticos. • Continuidade da assistência dos Grupos pelas Instituições do Estado. • Comunidades preocupadas em satisfazer necessidades imediatas; • Excessiva corrupção no sector de exploração dos

	<p>comunidades.</p> <p>2.1.4. Treinamento dos Membros dos Comitês para a elaboração de Planos e Gestão de Negócios e Poupança e Crédito Rotativo e Monitoria das actividades.</p>	<p>Fauna Bravia, Terras e Ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pelos menos 30% de membros dos comitês criados, treinados e legalizados são mulheres 	<p>fotografias</p>	<p>recursos naturais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fraca capacidade do Estado e OSC na legislação sobre recursos naturais
Resultados esperados	Actividades Estratégicas	Indicadores Verificáveis	Fontes Verificação	Pressupostos / Riscos
<p>2.2. Redes, plataformas, grupos temáticos de OSC províncias e distritais com capacidades e engajadas em acções de monitoria e advocacia de políticas públicas</p>	<p>2.3.1. Identificar e mapear os actores envolvidos no processo de exploração dos recursos naturais.</p> <p>2.3.2. Promover encontro de debate e auscultação ao nível dos CCPs, CDCs, CGRN, CLs sobre a problemática da utilização e exploração dos recursos naturais.</p> <p>2.3.3. Facilitar acções de recolha de evidências sobre aplicação da legislação das áreas de recursos naturais;</p> <p>2.3.4. Promover encontros entre o serviços províncias e distritais para influenciar no desenho de acções para a gestão sustentável dos recursos.</p> <p>2.3.5. Treinar os membros dos Comitês sobre os passos e processos para a</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Exemplares de mapeamento dos actores do processo de exploração dos recursos florestais • 40 CDCs, CCs, CCPs, CCGRN a nível de PA e Distrito que tenham agendado e debatido temas sobre a problemática dos recursos naturais • Pelo menos 1 relatório de monitoria sobre aplicação da legislação na área de terras, floresta e fauna, ambiente elaborado anualmente.; • 4 encontros anuais entre os serviços provinciais e distritais realizados memorandos assinados sobre os compromissos de cada actor; • # de comunidades que se beneficiaram dos 20% provenientes das taxas de exploração florestal e faunística • Tipo de projectos comunitários 	<ul style="list-style-type: none"> • ToRs da formações anuais; • Relatórios de progresso das actividades; • Actas dos encontros de coordenação • Exemplares dos acordos de parceria • Relatório da avaliação da qualidade/utilidade da brochura pelos parceiros. • Relatórios de monitoria de implementação das políticas; • Actas dos encontros dos grupos temáticos • Exemplares dos acordos de parceria • Documento da estratégia existente; • Exemplares dos projectos sobre 	<ul style="list-style-type: none"> • Membros da rede predispostos a participar nos encontros; • Capacidade da ama em registar sistematicamente as experiências e boas práticas e produzir brochuras para divulgação. • Fraca coordenação por parte do secretariado do fórum; • Predisposição de doadores para financiar actividades da rede; • Descoordenação entre os parceiros de financiamento; • Dificuldade de manter os custos operacionais com a retirada dos doadores; • Falta de transparência na gestão de fundos por parte do fórum provincial das OSC

	<p>canalização dos 20 %, incluindo o processo de monitoria da sua implementação.</p> <p>2.3.6. Colaborar com o fórum no treinamentos das plataformas, redes e grupos temáticos das OSC matérias de monitoria e advocacia de políticas públicas, papel, dinâmicas e funcionamentos das redes.</p> <p>2.3.7. Promover acções para monitoria e advocacia de políticas públicas e desenvolvimento de propostas de financiamento com orientação para advocacia;</p> <p>2.3.8. Promover encontros para partilha de informação, discussão de abordagens e desenvolvimento de planos de acção para as redes e grupos temáticos</p>	<p>implementados através dos 20% das taxas florestais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 4 treinamentos sobre matérias prioritárias realizadas por ano • Um (1) relatório de monitoria sobre assuntos relacionados com recursos florestais e faunísticos, ambiente realizado • Quatro (4) encontros de partilha de informações e discussão de abordagens realizados anualmente • Pelo menos um projecto sobre monitoria e advocacia de políticas públicas envolvendo os grupos temáticos elaborado anualmente • # de planos de acção das redes e grupos temáticos elaborados anualmente 	<p>advocacia submetidos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • 	
Resultados esperados	Actividades Estratégicas	Indicadores Verificáveis	Fontes Verificação	Pressupostos / Riscos
2.3. Garantida maior visibilidade das acções da organização e eficiência e eficácia dos mecanismos de gestão e	<p>2.3.1 Promover a divulgação das acções da organização através da media e boletim.</p> <p>2.3.2 Documentar boas práticas e grandes realizações dos projectos.</p> <p>2.3.3 Actualizar e rever os</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Uma (1) edição do boletim da organização publicada trimestralmente . • Dois documentários produzidos e publicados na media sobre as acções da organização 	<ul style="list-style-type: none"> • ToRs, cópia de cada edição do boletim. • ToRs e CDs com gravações dos compactos • Exemplares de Logotipo, 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior disponibilidade de meios de comunicação. • Existência de experiência e boas práticas acumulada ao nível dos projectos da organização

comunicação interna mais	<p>instrumentos de comunicação da organização (logotipo, autocolantes, brochura).</p> <p>2.3.4 Elaborar a estratégia de comunicação da organização.</p> <p>2.3.5 Organizar e estruturar os sistemas de comunicação internos.</p> <p>2.3.6 Promover encontros de coordenação das equipas de gestão e implementação</p>	<p>produzidos semestralmente.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (Logotipo, autocolantes, brochura) da organização produzidos e editados. • Finalizada a estratégia de comunicação da organização. • Instrumentos de comunicação interna elaborados, backup actualizado, arquivos organizados, sistema de gestão de informação individual padronizado • Seis (6) encontros de coordenação realizados anualmente 	<p>autocolantes, brochura</p> <ul style="list-style-type: none"> • ToRs e exemplar da estratégia de comunicação. • Arquivos organizados, informação no back-up. • ToRs, Relatórios, Listas de participantes e fotos dos encontros 	<ul style="list-style-type: none"> • Uma equipa de coordenação e gestão com capacidade para liderar estes processos • Parceiros com disponibilidade para financiar este tipo de iniciativas • Perda das parcerias de financiamentos • Resistência a mudança a nível da equipa da organização..
---------------------------------	---	---	--	--

Objectivo Específico 3 – Mecanismos de participação e consulta comunitária na planificação descentralizada distrital fortalecidos e participam na elaboração e monitoria dos planos

Resultados esperados	Actividades Estratégicas	Indicadores Verificáveis	Fontes Verificação	Pressupostos / Riscos
3.1 Fortalecidos e estabelecidos os mecanismos de participação comunitária obedecendo questões de género.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Efectuar o levantamento junto aos CDCs/FLs/CLs sobre funcionamento e as necessidades de fortalecimento. 2. Facilitar no estabelecimento de CDCs/FLs nas comunidades onde não estão constituídos. 3. Capacitar os CDCs/FLs/CLs no módulo planificação descentralizada, Liderança e gestão de conflitos, monitoria e avaliação, Prestação de contas e 	<ul style="list-style-type: none"> • 83 inquéritos conduzidos para CDCs; • 20 inquéritos conduzidos para FLs; • 23 inquéritos conduzidos para CLs. • 133 CDCs, 32 FLs e 37 CLs capacitados nos módulos de planificação descentralizada, Liderança e gestão de conflitos, monitoria e avaliação, Prestação de contas, Género e Governação. 	<ul style="list-style-type: none"> • ToR de levantamento • Fichas de inquéritos; • Planos de acção para fortalecimento • ToRs dos treinamentos; • Relatórios de Capacitação em cada módulo; • Listas dos participantes e fotografias 	<ul style="list-style-type: none"> • Empenho dos membros dos CDCs/FLs/CLs • Disponibilidade dos módulos para a capacitação • Doadores concordam com o plano de fortalecimento dos CDCs. • As novas comunidades e autoridades governamentais aceitam e colaboram na criação de novos CDCs

Resultados esperados	Actividades Estratégicas	Indicadores Verificáveis	Fontes Verificação	Pressupostos/Riscos
	Género e Governação.			
3.2. Promovida a participação dos mecanismos de participação na elaboração de planos distritais.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio na elaboração dos planos de desenvolvimento comunitários. 2. Priorizarão das necessidades dos planos de desenvolvimento comunitário nos FLs. 3. Promover workshops de partilha e apresentação dos Planos de Desenvolvimento Comunitários aos serviços distritais. 4. Apoiar os CDCs para o encaminhamento as autoridades distritais. 	<ul style="list-style-type: none"> • 83 planos de desenvolvimento comunitário elaborados por ano sendo que para 5 anos um total de 415. • Planos comunitários priorizados nos FLs e encaminhados as autoridades distritais. • 20 workshops realizados para a partilha dos PDCs no nível dos FLs com os serviços distritais. • Pelo menos 83 planos encaminhados pelos DCs as autoridades distritais por ano. 	<ul style="list-style-type: none"> • ToRs das actividades. • Planos desenvolvimento comunitários. • Planos comunitários priorizados. • Relatórios de Workshops distritais. • Planos encaminhados. • Lista de participantes e fotografias; 	<ul style="list-style-type: none"> • Os governos distritais usam os planos comunitários durante o processo de planificação distrital(PESOD). • Os planos encaminhados sem resposta. • Existência de fundos para responder as necessidades das comunidades contidas nos planos comunitários.
3.3 Promovida a participação dos mecanismos de participação na monitoria da implementação dos planos distritais	<ol style="list-style-type: none"> 2. Promover encontros de prestação de contas pelas CTDs as comunidades. 3. Apoiar os CDCs/FLs/CLs na monitoria conjunta dos planos distritais. 4. Promover o acesso a informação dos instrumentos de planificação e quadro legal de planificação descentralizada. 5. Divulgar/partilhar os resultados das monitorias conjuntas em outros fóruns 	<ul style="list-style-type: none"> • 83 encontros nos CDCs, 20 encontros FLs e 23 encontros CLs de prestação pelas CTDs realizados. • 83 encontros nos CDCs, 20 encontros FLs e 23 encontros CLs de monitoria conjunta dos PESODs realizados. • 83 CDCs, 20 FLs e 23 CLs com um kit de legislação básica do processo de planificação descentralizada. • 5 programas radiofónicos modelos radiodifundidos pelas 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios dos encontros de prestação de contas • Relatórios dos encontros de monitoria conjuntas. • Relatórios da distribuição da legislação. • CDs dos programas gravados. • Relatórios dos encontros com fóruns 	<p>As autoridades distritais estão abertas para fazerem a prestação de contas e promover o monitoria conjunta dos planos distritais.</p> <p>CDCs/FLs/CLs sem experiência de actividades de monitoria e advocacia;</p> <p>Forte Interferência partidária do partido no poder nas comunidades;</p> <p>Comunidades com nível de escolaridade e instrução muito baixa.</p>

	provinciais e nacionais.	rádios comunitárias sobre a planificação descentralizada. <ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 5 (cinco) encontros de partilha dos resultados de monitoria conjuntas 		Dificuldades de encontrar pessoal técnico capacitado e com formação nas áreas de governação local
Objectivo Específico 4 – Educação Ambiental é estabelecida como parte permanente do programa da organização e contribui para redução dos riscos ambientais e de saúde humana.				
Resultados esperados	Actividades Estratégicas	Indicadores Verificáveis	Fontes Verificação	Pressupostos / Riscos
4.1 Melhorado o sistema de recolha / tratamento de resíduos sólidos	4.1.1 Realizar campanhas de sensibilização sobre recolha, depósito e tratamento dos resíduos sólidos. 4.1.2 Fazer lobby e advocacia junto dos Municípios para a recolha periódica dos resíduos sólidos. 4.1.3 Capacitar sobre o ambiente nas escolas, fazendo uso dos 20% do Currículo Local. 4.1.4 Colaborar com a DPCAA e autoridades distritais para identificação de locais para deposição de resíduos sólidos ao nível dos distritos. 4.1.5 Realizar pesquisas no campo da reciclagem de resíduos sólidos.	<ul style="list-style-type: none"> • # de Municípios/sedes distrital envolvidas nas campanhas de sensibilização • # de escolas envolvidas nos programas de sensibilização ambiental • # de alunos (H/M) que participaram nas campanhas de sensibilização ambiental • Desenvolvido um modelo / projecto para reciclagem de resíduos sólidos • # de municípios treinados em matéria de gestão de resíduos sólidos; • # relatório de monitoria situação de higiene e saneamento no município 	<ul style="list-style-type: none"> • ToRs das actividades realizadas; • Listas dos participantes; • Memorandos assinados com Municípios e distritos; • Relatórios de progresso das actividades; • Exemplar de projecto aprovado pela ama; • Relatórios de monitoria das actividades; 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraca capacidade dos municípios na implementação da actividade. • Fraco envolvimento das comunidades na deposição dos resíduos sólidos nos locais identificados. • Surgimento de potenciais agentes interessados em colaborar com autoridades locais no tratamento dos resíduos sólidos. • Parceria entre ama e instituições académicas ou de pesquisa, estabelecidas.
Resultados esperados	Actividades Estratégicas	Indicadores Verificáveis	Fontes Verificação	Pressupostos / Riscos
4.2. - Comunidades adoptam medidas sustentáveis de saneamento do meio e reduzida a emissão de	4.2.1 Promover acções para o uso de latrinas melhoradas nas comunidades. 4.2.2 Sensibilizar as	<ul style="list-style-type: none"> • # de comunidades sensibilizadas • Variação do número de latrinas construídas anualmente • Número de comunidades livres 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de progresso • Documentação específica • Estudos de caso sobre a 	<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos culturais interferem negativamente na adopção do uso de latrinas melhoradas pelas

<p>poluentes sobre as águas marítimas e interiores</p>	<p>comunidades sobre medidas de higiene, conservação e uso correcto das fontes de água.</p> <p>4.2.3 Treinar activistas para saneamento e saúde nas comunidades</p> <p>4.2.4 Sensibilizar pescadores e comunidades sobre os efeitos nocivos dos poluentes nas actividades pesqueiras.</p> <p>4.2.5 Realizar lobby para que o Governo fiscalize mais as águas marítimas e interiores</p>	<p>do feccalismo a céu aberto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de comunidades sensibilizadas sobre higiene, conservação e uso correcto de fontes de água. • # de comunidades sensibilizadas • # propostas apresentadas ao governo/assembleia provincial/Nacional 	<p>mudança de atitude nas comunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • # de comunidades sensibilizadas • # propostas apresentadas ao governo/assembleia provincial/Nacional 	<p>comunidades.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Autoridades comunitárias colaboram na sensibilização das comunidades Resistência das comunidades em aderir às campanhas de sensibilização. • Fraca capacidade de fiscalização. • Corrupção por parte dos agentes de fiscalização
Resultados esperados	Actividades Estratégicas	Indicadores Verificáveis	Fontes Verificação	Pressupostos Riscos
<p>4.3 Comunidades executam actividades económicas alternativas e aumentam os seus rendimentos, respeitando o uso sustentável dos recursos</p>	<p>4.1.1. Pesquisar e estabelecer actividades económicas alternativas existentes noutras organizações).</p> <p>4.1.2. Diagnosticar possibilidades e potencialidades económicas locais rentáveis.</p> <p>4.1.3. Capacitar em elaboração de Planos de Negócios e empreendedorismo.</p> <p>4.1.4. Pesquisar e estabelecer oportunidades financiamento (grupos de poupança, micro-créditos, FDD, etc.).</p> <p>3.4.1. Implementar um sistema de monitoria e seguimento das acções pós</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 10% das comunidades de intervenção da organização pesquisadas; • Anualmente pelo menos 5% das comunidades de intervenção com estudos diagnósticos realizados; • 20% das comunidades de intervenção capacitadas em planos de negócios e empreendedorismo; • Pelo menos 10% das comunidades de intervenção com PCRs estabelecidos; • 10% das famílias nas comunidades de intervenção executam actividades económicas alternativas. • Um (1) relatório de monitoria de seguimento das capacitações 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de progresso • Documento da metodologia estabelecida • Exemplares de planos de negócios • Relatórios económicos comunitários reportando o resultado da implementação dos planos de negócio 	<ul style="list-style-type: none"> • Vontade empreendedora. • Existência de um financiamento (doador) inicial. • Positiva colaboração com SDAE. • Mercado limitado e mudança dos preços. • Desonestidade nos grupos de poupança, corrupção. • Pessoal técnico da organização sem formações em micro-negócios e empreendedorismo

	capacitações.	realizado.		
Objectivo Específico 5 – Desenvolvidas e fortalecidas as componentes institucional e organizacional da associação do meio ambiente de Cabo delgado				
Resultados esperados	Actividades Estratégicas	Indicadores Verificáveis	Fontes Verificação	Pressupostos / Riscos
6.1. Estatutos de Constituição, Regulamento Interno e Manual de Procedimentos Administrativos Financeiros da ama revistos e actualizados relativamente ao presente contexto	<p>6.1.1. Realizar encontros de discussão para a revisão dos Estatutos.</p> <p>6.1.2. Realizar sessão da Assembleia Geral para aprovação da nova versão dos Estatutos.</p> <p>6.1.3. Requerer e obter do Governo Provincial a aprovação legal dos Estatutos revistos e publicá-la no BR.</p> <p>6.2.1. Realizar encontros de trabalho para discussão e melhoramento do RI;</p> <p>6.2.1. Realizar encontros de trabalho para discussão e melhoramento do MPAF</p> <p>6.2.1. Contratar um consultor para efectuar controle de qualidade do RI/MPAF</p> <p>6.1.4. Aprovar o RI e MPAF em Assembleia Geral</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nova versão dos Estatutos aprovada pela AG. • Nova versão dos Estatutos publicada no BR. • Um (1) exemplar de RI revisto e actualizado; • Um (1) exemplar do MPAF actualizado; • Um (1) consultor contratado para controle de qualidade dos documentos; • AG realizada para aprovação do RI/MPAF; 	<ul style="list-style-type: none"> • ToRs para revisão dos estatutos; • Relatórios e acta dos encontros. • Relatório da Assembleia Geral. • BR de publicação do estatuto revisto; • ToRs de revisão e actualização do RI/MPAF; • Exemplares do RI/MPAF concluído; • Relatórios das Comissão de Trabalho. • Relatório da Assembleia Geral e Listas de participantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Morosidade da Comissão de Trabalho. • Assembleias Gerais realizadas anualmente; • Morosidade do Governo Provincial na aprovação; • Inoperacionalidade dos órgãos sociais • Morosidade das Comissões de Trabalho. • Dificuldade de identificar consultores experientes em CD; • Dificuldade de identificação de fundos para orientar esta actividade
Resultados esperados	Actividades Estratégicas	Indicadores Verificáveis	Fontes Verificação	Pressupostos / Riscos
6.3. Estabelecida uma estratégia de desenvolvimento e fortalecimento dos	6.3.1. Aprovação e implementação do Plano Estratégico de RH, que inclui:	<ul style="list-style-type: none"> • Um (1) exemplar da estratégia de RH aprovado e em implementação. • Organograma e fluxograma) claro 	<ul style="list-style-type: none"> • ToRs para elaboração da estratégia de RH; • Organograma finalizado e aprovado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento para contratação de pessoal qualificado. • Orçamento para formações.

<p>Recursos Humanos da ama</p>	<p>6.3.2. Levantamento das necessidades profissionais em função da estrutura operacional da ama.</p> <p>6.3.3. Levantamento das necessidades de capacitação dos membros e funcionários da ama.</p> <p>6.3.4. Elaborar e implementar um Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos da ama, com actividades de formação.</p> <p>6.3.5. Concepção de um Sistema de Avaliação de Desempenho.</p> <p>6.3.6. Recrutar pessoal profissional / qualificado para as funções.</p>	<p>das funções da ama.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Claras Descrições de Tarefas e Funções. • Funções preenchidas com quadros profissionais. • Plano de Desenvolvimento de RH existente. • N° de quadros formados nas respectivas funções. • N° de membros formados / capacitados na área temática da ama. • Sistema de avaliação de desempenho do pessoal. 	<ul style="list-style-type: none"> • DTFs • Exemplar da estratégia deRHP. • Anúncios de recrutamento. • Contratos de Trabalho. • Relatórios das formações. • Relatórios das avaliações de desempenho 	<ul style="list-style-type: none"> •
<p>6.4. Plano Estratégico da ama com recursos para a sua implementação.</p>	<p>6.4.1. Identificar novas organizações parceiras de cooperação que colaboram na área temática e geográfica (Cabo Delgado).</p> <p>6.4.2. Estabelecer contactos com as organizações identificadas para angariar apoios para a implementação do PE.</p> <p>6.4.3. Estabelecer acordos de financiamento com as organizações interessadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 6 acordos de financiamento assinados anualmente; • Um (1) plano operacional elaborado anualmente; • Seis (6) relatórios trimestrais elaborados por período; • Seis (6) relatórios anuais dos projectos elaborados; • Um (1) relatório das actividades da organização compilado;. • Auditorias anuais com boa qualificação • Relatórios anuais apresentados a 	<ul style="list-style-type: none"> • Memorandos de financiamento. • Relatórios trimestrais e anuais; • Relatórios de auditoria • Actas das sessões da Assembleia-geral da ama em que se aprovam os relatórios anuais • ToRs para avaliação de meio termo • Exemplares dos relatórios de avaliação da ama; 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de parceiros de cooperação interessados. • Financiamento garantido por parte dos actuais projectos. • Capacidade interna de implementação do PE. • Sobrecarga de actividades do pessoal de actualmente contratado; • Inexistência de pessoal contratado da área de programas, monitoria e avaliação

	<p>6.4.4.Elaborar Planos Operacionais Anuais.</p> <p>6.4.5.Elaborar Relatórios Semestrais / Anuais narrativos e financeiros.</p> <p>6.4.6.Realizar anualmente auditorias financeiras externas.</p> <p>6.4.7.Realizar uma Avaliação de Meio Termo em 2013.</p> <p>6.4.8.Realizar uma Avaliação Final em 2015.</p> <p>6.4.9.Preparar o PE 2016 – 2020 em 2015.</p>	<p>parceiros dentro do prazo acordado nos contratos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatório de avaliação meio-termo e final do PE disponível 	<ul style="list-style-type: none"> • ToRs para elaboração do plano estratégico 2016-2020 	
Resultados esperados	Actividades Estratégicas	Indicadores Verificáveis	Fontes Verificação	Pressupostos / Riscos
6.5. Órgãos sociais organizados, funcionando de acordo com as suas atribuições estatutárias e regulamentares.	<p>6.5.1. Realizar Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias;</p> <p>6.5.2. Reunir periodicamente os órgãos sociais;</p> <p>6.5.3. Fiscalizar as actividades e contas pelo Conselho Fiscal</p> <p>6.5.4. Elaborar e implementar Planos Operacionais anuais.</p> <p>6.5.5. Monitorar as actividades dos Planos Operacionais.</p> <p>6.5.6. Divulgar o Plano Estratégico entre os membros e parceiros;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 2 Assembleias-gerais ordinárias realizadas por ano • Plano anual dos órgãos sociais existentes • PE da ama aprovado em Assembleia-geral dos membros • # de sessões de apresentação do PE da ama aos membros e parceiros 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de progresso dos Órgãos Sociais da ama • Actas da assembleia-geral que aprovam os planos anuais dos órgãos sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento para a preparação e realização de AGs. • Orçamento para funcionamento dos Órgãos Sociais.
6.6. ama com maior sustentabilidade	6.6.1. Pagamento sistemático de jóias e quotas	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 50 membros que pagam as quotas regularmente; 	<ul style="list-style-type: none"> • ToRs e Relatórios dos encontros dos CPama; 	<ul style="list-style-type: none"> • Empenho dos membros.

<p>(independência, autonomia e reconhecimento social).</p>	<p>6.6.2. Operacionalizado o funcionamento do CPama e 10% para custos indirectos.</p> <p>6.6.3. Prestações de Serviços em capacitações, uso do Centro de Recursos e provisão de trabalhos a terceiros.</p> <p>6.6.4. Elaborar um projecto / planta de instalações próprias (faseado);</p> <p>6.6.5. Obter Licença de Construção</p> <p>6.6.6. Construir escritório e sala de reuniões (1ª fase).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 2 encontros do CPama realizado anualmente; • Pelo menos 4 contratos de prestação de serviços a outros parceiros assinados por ano • 10 % de receitas da ama proveniente da prestação de serviços a parceiros • Planta de construção da sede da ama existente e aprovada a nível das estruturas competentes (membros e Conselho Municipal) • Projecto do escritório da ama edificado 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de contas da ama • Licença de construção da sede da ama • Visita as Instalações físicas da ama (próprias); • Contratos de prestação de serviços assinados 	<ul style="list-style-type: none"> • Doadores concordam com suporte institucional à ama. • Solicitação de serviços por terceiros. • Exiguidade de parceiros para financiar a construção de Sede própria. • Falta de cultura de trabalho virado para resultados por parte dos funcionários contratados
---	---	--	--	---

14. Anexo 2. Cronograma

Actividades	2012		2013		2014		2015		2016		Responsável
	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	
Objectivo Específico 1 – Recursos naturais sejam usados, aproveitados e explorados pelas comunidades de base e diferentes actores através de práticas adequadas e sustentáveis.											
Resultado 1.1. - Comunidades rurais adoptam práticas de agricultura de conservação, em parceria com as instituições vocacionadas (DPA, INIA, etc.), melhorando a produtividade e a renda dos produtores salvaguardando questões de género											
1.1.1. Sensibilizar as comunidades em agricultura de conservação, sistemas agroflorestais e combate as queimadas descontroladas		■		■		■		■		■	Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.1.2. Capacitar os produtores em técnicas de agricultura de conservação de baixo custo ⁸ .		■		■		■		■		■	Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.1.3. Treinar produtores em técnicas de produção de sementes.		■		■		■		■		■	Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.1.4. Treinar produtores em técnicas de conservação da produção e sementes (pós-colheita).			■		■		■		■		Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.1.5. Realizar análises de solos em zonas de intervenção dos projectos com actividades de recuperação do solos.		■		■		■		■		■	Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.1.6. Facilitar o processo de elaborar cartas de aptidão agrícola nas comunidades de intervenção.			■		■		■		■		DPA/SDAE
1.1.7. Promover e capacitar associações de produtores em associativismo e activismo.	■		■		■		■		■		Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
Resultado 1.2. - Comunidades rurais pesqueiras adoptam boas práticas de gestão sustentável de recursos marinhos, em parceria com as instituições vocacionadas (IDPPE, PNQ, SPP, IIP, etc.).											

⁸ (Remoção mínima e cobertura permanente (mulching) do solo, rotação sistemático e consociação adequada das de culturas e consociação, curvas de nível, valas e dique , uso de capim vetiver, etc.)

Actividades	2012		2013		2014		2015		2016		Responsável
	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	
1.2.1 Sensibilizar os pescadores sobre boas práticas e técnicas de pesca sustentáveis.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.2.2 Introduzir boas práticas e artes selectivas de pesca e recolha de moluscos e bivalves.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.2.3 Incentivar uma abordagem de zonas de defeso (zonas rotativas, fechadas e santuários de pesca).											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.2.4 Reflorestamento de mangais para aumentar a biomassa e reduzir a erosão.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.2.5 Capacitar pescadores e processadores sobre boas práticas de processamento do pescado.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.2.6. Capacitar CCPs para melhorar o desempenho (Desenvolvimento Organizacional e Institucional dos CCPs).											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.2.7 Introduzir e desenvolver actividades de piscicultura marinha nas comunidades pesqueiras.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
Resultado 1.3. - Comunidades rurais adoptam boas práticas de gestão sustentável de recursos florestais e faunísticos, em parceria com as instituições vocacionadas.											
1.3.1 Sensibilizar as comunidades os produtores sobre boas práticas de gestão sustentável de recursos florestais e faunísticos.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.3.2 Promover florestas comunitárias nas comunidades, em parceria com o SPFFB.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.3.3 Treinar os carvoeiros em técnicas sustentáveis e alternativas de produção de carvão.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.3.4 Incentivar a produção apícola nas comunidades como estratégia de protecção dos recursos naturais.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.3.5 Promover o estabelecimento de reservas para gestão comunitária de recursos florestais e faunísticos.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.3.6 Incentivar parcerias entre as comunidades e os operadores florestais e faunísticos.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.3.7 Apoiar o estabelecimento e capacitar comités de gestão de recursos florestais e											Coord/Oficias/

Actividades	2012		2013		2014		2015		2016		Responsável
	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	
faunísticos.											TecnicosProjectos
1.3.8 Promover uso de Fogões melhorado ou Poupa lenha/carvão nas comunidades											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
Resultado 1.4 - ama, Grupos Temáticos e OCB fortalecidos e desenvolvem pequenas iniciativas de monitoria e advocacia das actividades de petróleo, gás e exploração minerais											
1.4.1 Fortalecer as capacidades dos funcionários e membros da ama em legislação de exploração de mineira, petróleo e gás.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.4.2 Fortalecer as capacidades dos membros dos grupos temáticos em matérias de petróleo, gás e minas;											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.4.3 Realizar encontros de auscultação da situação de exploração de minas gás e petróleo.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.4.4 Efectuar monitoria das acções de pesquisa e exploração de petróleo, gás e minerais;											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.4.5 Estabelecer uma base de dados das empresas beneficiarias de licenças de exploração e pesquisa de recursos naturais											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
Resultado 1.5: Comunidades adoptam praticas adequadas de sequestro de carbono e executam actividades económicas alternativas respeitando o uso sustentável de recursos											
1.5.1 Promover a produção de árvores nativas e não nativas nas comunidades.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.5.2 Promover e participar em visitas de trocas de experiências sobre boas práticas.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.5.3 Promover o fabrico e utilização de fogões poupa-lenha e poupa-carvão.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.5.4 Pesquisar e estabelecer actividades económicas alternativas nas comunidades											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.5.5 Diagnosticar possibilidades e potencialidades económicas locais rentáveis.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.5.6 Capacitar em elaboração de Planos de Negócios e empreendedorismo.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.5.7 Implementar um sistema de monitoria e seguimento das acções pós capacitações.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
1.5.8 Pesquisar e estabelecer oportunidades de financiamento (grupos de poupança, micro-créditos, FDD, etc.).											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos

Actividades	2012		2013		2014		2015		2016		Responsável
	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	
Objectivo Específico 2 – Políticas públicas ligados as diferentes áreas de intervenção da organização integrados e aplicados eficaz e eficientemente pelos diferentes actores através de acções de monitoria e advocacia;											
Resultado 2.1. - Redes de OCBs estabelecidas e com conhecimento sobre a Legislação pesqueira, recursos marinhos, florestal e faunística, Terra, Ambiente, Petróleo e gás salvaguardando a equidade de Género.											
2.1.1 Apoiar o estabelecimento, treinamento e legalização de CCO-GRN e CCPs nas comunidade tendo em conta as necessidades de Género.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
2.1.2 Apoiar a divulgação da legislação pesqueira, Florestas e Fauna Bravia, Petróleo, gás, Mineira e Terras e Ambiente nas comunidades.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
2.1.3 Treinamento dos Membros dos Comitês para a elaboração de Planos e Gestão de Negócios e Poupança e Crédito Rotativo e Monitoria das actividades.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
2.1.4 Promover o estabelecimento, legalização e treinamento de Grupos de Interesse (CCPs) tendo em conta as necessidades de Género.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
2.1.5 Promover o estabelecimento e treinamento de Turmas Ambiente nas Comunidades em matérias de gestão de recursos naturais											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
Resultado 2.2. - Redes, plataformas, grupos temáticos de OSC províncias e distritais com capacidades e engajadas em acções de monitoria e advocacia de políticas públicas											
2.2.1 Identificar e mapear os actores envolvidos no processo de exploração dos recursos naturais.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
2.2.2 Promover encontro de debate e auscultação ao nível dos CCPs, CDCs, CGRN, CLs sobre a problemática da utilização e exploração dos recursos naturais.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
2.2.3 Facilitar acções de recolha de evidências sobre aplicação da legislação das áreas de recursos naturais;											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
2.2.4 Promover encontros entre o serviços províncias e distritais para influenciar no desenho de acções para a gestão sustentável dos recursos.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
2.2.5 Treinar os membros dos Comitês sobre os passos e processos para a canalização dos 20 %, incluindo o processo de monitoria da sua implementação.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
2.2.6 Colaborar com o fórum no treinamentos das redes e grupos temáticos em matérias de monitoria e advocacia de políticas públicas, papel, dinâmicas e funcionamentos .											TecnicosProjectos TecnicosProjectos

Actividades	2012		2013		2014		2015		2016		Responsável
	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	
2.2.7 Promover acções para monitoria e advocacia de políticas públicas e desenvolvimento de propostas de financiamento com orientação para advocacia;											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
2.2.8 Promover encontros para partilha de informação, discussão de abordagens e desenvolvimento de planos de acção para as redes e grupos temáticos											TecnicosProjectos TecnicosProjectos
Resultado 2.3. – Garantir maior visibilidade das acções da organização e eficiência e eficácia dos mecanismos de gestão e comunicação interna											
2.3.1 Promover a divulgação das acções da organização através da media e boletim da organização											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
2.3.2 Documentar boas práticas e grandes realizações dos projectos implementados pela organização.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
2.3.3 Actualizar e rever os instrumentos de comunicação da organização (logotipo, autocolantes, brochura).											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
2.3.4 Elaborar a estratégia de comunicação da organização de modo a clarificar os canais de comunicação.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
2.3.5 Organizar e estruturar os sistemas de comunicação internos (pastas, arquivos, relatórios, etc).											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
2.3.6 Promover encontros de coordenação das equipas de gestão e implementação das actividades da organização											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
Objectivo Específico 3 – Mecanismos de participação e consulta comunitária para planificação descentralizada distrital, fortalecidos e participam na elaboração, implementação monitoria dos planos											
Resultado 3.1: Fortalecidos e estabelecidos os mecanismos de participação comunitária obedecendo questões de género.											
3.1.1 Efectuar o levantamento junto aos CDCs/FLs/CLs sobre funcionamento e as necessidades de fortalecimento.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
3.1.2 Facilitar no estabelecimento de CDCs/FLs nas comunidades onde não estão constituídos.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
3.1.3 Capacitar os CDCs/FLs/CLs no módulo planificação descentralizada, Liderança e gestão de conflitos, monitoria e avaliação, Prestação de contas e Género e Governação.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
Resultado 3.2. Promovida a participação dos mecanismos de participação na elaboração de planos distritais.											
3.2.1 Apoiar na elaboração dos planos de desenvolvimento comunitários ao nível											Coord/Oficias/

Actividades	2012		2013		2014		2015		2016		Responsável
	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	
das comunidades.											TecnicosProjectos
3.2.2 Priorização das necessidades dos planos de desenvolvimento comunitário nos Fóruns Locais.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
3.2.3 Promover workshops de partilha e apresentação dos Planos de Desenvolvimento Comunitários aos serviços distritais.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
3.2.4 Apoiar os Comités de Desenvolvimento Comunitários para o encaminhamento as autoridades distritais.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
Resultado 3.3: Promovida a participação dos mecanismos de participação na monitoria e advocacia do processo de implementação dos planos distritais											
3.3.1 Promover encontros de prestação de contas pelas Conselho Técnico Distrital nas comunidades.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
3.3.2 Apoiar os Comités de Desenvolvimento Comunitários /FLs/CLs na monitoria conjunta dos planos distritais.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
3.3.3 Promover o acesso a informação dos instrumentos de planificação e quadro legal de planificação descentralizada.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
3.3.4 Efectuar lobby através da divulgar/partilhar os resultados das monitorias conjuntas em outros fóruns provinciais e nacionais.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
Objectivo Específico 4 – Educação Ambiental é estabelecida como parte permanente do programa da organização e contribui para redução dos riscos ambientais e de saúde humana.											
Resultado 4.1. - Melhorado o sistema de recolha / tratamento de resíduos sólidos											
4.1.1 Realizar campanhas de sensibilização sobre recolha, depósito e tratamento dos resíduos sólidos.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
4.1.2 Fazer advocacia junto dos Municípios para a recolha periódica dos resíduos sólidos.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
4.1.3 Colaborar com a DPCAA e autoridades distritais para identificação de locais para deposição de resíduos sólidos ao nível dos distritos.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
4.1.4 Realizar pesquisas de monitoria sobre o processo de reciclagem de resíduos sólidos nos depósitos.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
Resultado 4.2. - Comunidades adoptam medidas sustentáveis de saneamento do meio e reduzida a emissão de poluentes sobre as águas											

Actividades	2012		2013		2014		2015		2016		Responsável
	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	
marítimas e interiores.											
4.2.1 Promover acções para o uso de latrinas melhoradas nas comunidades usando PHAST/SANTOLIC.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
4.2.2 Sensibilizar as comunidades sobre medidas de higiene, conservação e uso correcto das fontes de água usando o PHAST/SANTOLIC.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
4.2.3 Treinar activistas para saneamento e saúde nas comunidades utilizando os métodos PHAST/SANTOLIC											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
4.2.4 Sensibilizar pescadores e comunidades sobre os efeitos nocivos dos poluentes nas actividades pesqueiras.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
4.2.5 Realizar lobby para que o Governo melhore a fiscalização das águas marítimas e interiores.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
Resultado 4.3. - Comunidades executam actividades económicas alternativas e aumentam os seus rendimentos, respeitando o uso sustentável dos recursos											
4.3.1 Pesquisar e estabelecer actividades económicas alternativas existentes noutras organizações.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
4.3.2 Diagnosticar as possibilidades e potencialidades económicas locais rentáveis.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
4.3.3 Capacitar os grupos alvo em elaboração de Planos de Negócios e empreendedorismo.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
4.3.4 Pesquisar e estabelecer oportunidades de financiamento (grupos de poupança, micro-créditos, FDD, etc.).											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
4.3.5 Implementar um sistema de monitoria e seguimento das acções pós capacitações.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
Resultado 4.3. - Educação ambiental estabelecida como programa permanente da ama.											
4.3.1. Elaborar (ou usar o que temos) currículos de Educação Ambiental para estudantes de 4ª a 6ª classe											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
4.3.2. Capacitar os professores para usar (parte dos) 20% do currículo local para incluir a educação ambiental.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos

Actividades	2012		2013		2014		2015		2016		Responsável
	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	
4.3.3. Capacitar sobre o meio ambiente nas escolas, fazendo uso dos 20% do Currículo Local.											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
4.3.4. Implementar educação ambiental nas escolas (incluir viveiros, plantio de árvores, hortas, etc.).											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
4.3.5. Completar com programas nas comunidades (palestras, cartazes, brochuras, filmes, teatros, etc.).											Coord/Oficias/ TecnicosProjectos
Resultado 5.2. - Grupo temático elabora e implementa planos de acção, resultantes dos diferentes treinamentos.											
5.2.1. Elaborar termos de referência, plano de actividades e orçamento do grupo.											Coord Executivo Coord FOCADE
5.2.2. Realizar estudos de monitoria sobre a implementação das políticas públicas dos sectores e divulgá-los.											Coord Executivo Ofic/Coord Proj
5.2.3. Participar nos espaços de debate e diálogo com o governo e o sector privado (observatórios e outras plataformas).											Coord Executivo Ofic/Coord Proj
5.2.4. Promover a criação de redes distritais de recursos naturais e ambiente											Coord Executivo Ofic/Coord Proj
Resultado 5.3. - Grupo temático com um sistema eficiente / eficaz de comunicação e partilha de informação da área de Recursos Naturais e Ambiente											
5.3.1. Promover encontros de coordenação entre os membros das redes, a nível distrital e provincial;											Coord Executivo Coord FOCADE
5.3.2. Criar base de dados sobre o perfil e intervenções dos membros;											Coord Executivo Coord FOCADE
5.3.3. Desenvolver uma página-web / blog para divulgação das actividades da rede;											Coord Executivo Coord FOCADE
5.3.4. Estabelecer parcerias com redes nacionais e internacionais que desenvolvem actividades similares.											Coord Executivo Coord FOCADE
5.3.5. Produzir (ama) e divulgar uma brochura anual sobre divulgação de boas											Coord Executivo

Actividades	2012		2013		2014		2015		2016		Responsável
	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	
práticas, lições aprendidas e problemática dos RN e MA.											Pres Cons Direc
Resultado 5.4. - Grupo temático de recursos naturais e ambiente com sustentabilidade											
5.4.1. Elaborar projectos de pesquisa e monitoria da situação de recursos naturais e ambiente.											Coord Executivo Coord FOCADE
5.4.2. Identificar possibilidades de parcerias de financiamento.											Coord Executivo Coord FOCADE
5.4.3. Desenvolver uma estratégia de sustentabilidade da rede a longo prazo.											Coord Executivo Coord FOCADE
Objectivo Específico 6 – Desenvolvidas e fortalecidas as componentes institucional e organizacional da ama											
Resultado 6.1. - Estatutos de Constituição da ama revistos e actualizados relativamente ao presente contexto											
6.1.5. Realizar encontros através de uma Comissão de Trabalho, de discussão para a revisão dos Estatutos.											Pres Mes Ass Pres Cons Dir
6.1.6. Realizar sessão da Assembleia Geral para aprovação da nova versão dos Estatutos.											Pres Mes Ass Pres Cons Dir
6.1.7. Requerer e obter do Governo Provincial a aprovação legal dos Estatutos revistos e publicá-la no BR.											Pres Mes Ass Pres Cons Dir
Resultado 6.2. - Regulamento Geral Interno da ama melhorado											
6.2.1. Realizar encontros de uma Comissão de Trabalho, de discussão para melhoramento do RGI											Coord Executivo Pres Cons Direc
6.2.2. Aprovar o RGI em Assembleia Geral.											Coord Executivo Pres Cons Direc
Resultado 6.3. - Desenvolvimento e fortalecimento dos Recursos Humanos da ama											
6.3.1. Aprovação e implementação do Plano Estratégico de RH, que inclui: Política salarial, Procedimentos avaliação desempenho e progressão nas carreiras	X										Assistente RH Coord Executivo
6.3.2. Levantamento das necessidades profissionais em função da estrutura operacional da ama.											Assistente RH Coord Executivo

Actividades	2012		2013		2014		2015		2016		Responsável
	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	
6.3.3. Levantamento das necessidades de capacitação dos membros e funcionários da ama.											Assistente RH Pres Cons Direc
6.3.4. Elaborar e implementar um Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos da ama, com actividades de formação.											Assistente RH Coord Executivo
6.3.5. Recrutar pessoal profissional / qualificado para as funções.											Assistente RH Coord Executivo Oficiais Projecto
Resultado 6.4. - Plano Estratégico da ama em processo de implementação											
6.4.10. Identificar novas organizações parceiras de cooperação que colaboram na área temática e geográfica (Cabo Delgado).											Coord Executivo Pres Cons Direc
Coord Executivo Pres Cons Direc											Coord Executivo Pres Cons Direc
6.4.11. Estabelecer acordos de financiamento com as organizações interessadas.											Coord Executivo Pres Cons Direc
6.4.12. Elaborar Planos Operacionais Anuais.											Coord Executivo Coord/oficiais Projectos
6.4.13. Elaborar e implementar um sistema de monitoria do PE e das actividades levadas a cabo com o grupo-alvo (monitoria participativa).											Coord Executivo Pres Cons Direc
6.4.14. Elaborar Relatórios Semestrais / Anuais narrativos e financeiros.											Coord Executivo Oficial Finanças
6.4.15. Realizar anualmente auditorias financeiras externas.											Oficial Finanças Coord Executivo
6.4.16. Realizar uma Avaliação de Meio Termo em 2013.											Coord Executivo Pres Cons Direc
6.4.17. Realizar uma Avaliação Final em 2015.											Coord Executivo Pres Cons Direc

Actividades	2012		2013		2014		2015		2016		Responsável
	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2	
6.4.18. Preparar o PE 2016 – 2020 em 2015											Coord Executivo Pres Cons Direc
Resultado 6.5. - Órgãos sociais organizados, funcionando de acordo com as suas atribuições estatutárias e regulamentares.											
6.5.1. Realizar Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias;											Pres Mes Ass
6.5.2. Reunir periodicamente os órgãos sociais;											Pres Org Sócias
6.5.3. Fiscalizar as actividades e contas pelo Conselho Fiscal											Pres Cons Fiscal
6.5.4. Elaborar e implementar Planos Operacionais anuais.											Coord Executivo Pres Cons Direc
6.5.5. Monitorar as actividades dos Planos Operacionais.											Coord Executivo Pres Cons Direc
6.5.6. Divulgar o Plano Estratégico entre os membros;											Coord Executivo Pres Cons Direc
Resultado 6.6. - ama com maior sustentabilidade (independência, autonomia e reconhecimento social).											
6.6.1. Pagamento sistemático de jóias e quotas											Assistente administrativa
6.6.2. Outras acções de colecta de fundos (% para DIDO).											Coord Executivo/Staff
6.6.3. Prestações de Serviços em capacitações, uso do Centro de Recursos e provisão de trabalhos a terceiros.											Coord Executivo/Staff
6.6.4. Elaborar um projecto / planta de instalações próprias (faseado);											Coord Executivo/Staff
6.6.5. Obter Licença de Construção											Assist RH Património
6.6.6. Construir escritório e sala de reuniões (1ª fase).											Coord Executivo Pres Cons Direc